GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL GDF

DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

ANO XXIII Nº 32 QUARTA-FEIRA, 17 DE FEVEREIRO DE 1999 PREÇO: R$ 0,66

SUMÁRIO

SEÇÃO I

ATOS DO PODER EXECUTIVO 1
SECRETARIA DE GOVERNO 1
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 5
SECRETARIA DE FAZENDA 5
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 6
SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL 7
SECRETARIA DE TRANSPORTES 8
SECRETARIA DE AGRICULTURA 8
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE 8
SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA 9
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO 9

SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO 10
VICE-GOVERNADORIA 10
ATOS DO PODER LEGISLATIVO 10
CASA MILITAR 11
SECRETARIA DE GOVERNO 11
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 11
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 11
SECRETARIA DE SAÚDE 14
SECRETARIA DE OBRAS 14
SECRETARIA DE TRANSPORTES 14
SECRETARIA DE AGRICULTURA 15
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL 15
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL 15
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE 15
SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA 15
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 15
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL 16

SEÇÃO III

ATOS DO PODER EXECUTIVO 17
SECRETARIA DE GOVERNO 17
SECRETARIA DE FAZENDA 18
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 25
SECRETARIA DE SAÚDE 25
SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL 25
SECRETARIA DE OBRAS 26
SECRETARIA DE TRANSPORTES 27
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL 27
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL 27
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL 27
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 28
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL 28
INEDITORIAIS 28
ÍNDICE 28

SEÇÃO I

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 20.037, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1999

Revoga o Decreto que institui o Programa Habitacional de Interesse Social que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e

Considerando a necessidade de se realizar um reexame dos diversos programas que asseguram acesso à moradia ,

DECRETA:

Art. 1º -Fica revogado o Decreto nº 18.009, de 30 de janeiro de 1997.
Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário

Brasília, 12 de fevereiro de 1999
111º da República e 39º de Brasília

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

SECRETARIA DE GOVERNO

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 5 de fevereiro de 1999

PROCESSO: 030-000.075/99
INTERESSADO: BANCO DE BRASILIA S.A E OUTRA
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE VALES-TRANSPORTE

Em cumprimento ao disposto no artigo 26, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, Ratifico a inexigibilidade de licitação, com fulcro no caput do artigo 25, do citado Diploma Legal, nos valores de R$ 417,02 (quatrocentos e dezessete reais e dois centavos) a favor da VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA. e R$ 6.462,60 (seis mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e sessenta centavos) para o Banco de Brasília S.A, referente a aquisição de vales-transporte para os servidores da Secretaria de Governo e Gabinete do Governador, relativo ao mês de fevereiro/99.

BENJAMIM SEGISMUNDO DE J. RORIZ

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO
Em 4 de fevereiro de 1999

PROCESSO Nº : 139.000.002/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no " caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 018/99 no valor de

R$ 57,50 (cinquenta e sete reais e cinquenta centavos) em favor da Viação Anapolina Ltda.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Cruzeiro, para as providências complementares.

Em 8 de fevereiro de 1999

PROCESSO Nº : 139.000.002/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 017/99 no valor de R$ 3.589,70 (três mil, quinhentos e oitenta e nove reais e setenta centavos), em favor do Banco de Brasília S/A.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Cruzeiro, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 131.000.035/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA
ASSUNTO : TARIFA TELEFÔNICA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 016/99 no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), em favor da Telebrasília Celular S/A.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Gama, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 137.000.005/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 027/99 no valor de R$ 207,20 (duzentos e sete reais e vinte centavos) em favor da Viação Anapolina Ltda.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Guará, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 137.000.004/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 026/99 no valor de R$ 4.446,15 (quatro mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e quinze centavos), em favor do Banco de Brasília S/A.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Guará, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 149.000.003/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE
ASSUNTO : TARIFA DE ÁGUA E ESGOTO

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 012/99 no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) em favor da CAESB - Companhia de Água e Esgoto de Brasília.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Lago Norte, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 149.000.004/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE
ASSUNTO : TARIFA TELEFÔNICA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 010/99 no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), em favor da Telebrasília - Telecomunicações de Brasília.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Lago Norte, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 145.000.005/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 011/99 no valor de R$ 3.600,30 (três mil, seiscentos reais e trinta centavos) em favor do Banco de Brasília S/A.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Recanto das Emas, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 145.000.037/98
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS
ASSUNTO : TARIFA TELEFÔNICA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 013/99 no valor de R$ 1.000,14 (um mil reais e quatorze centavos) em favor da Telebrasília Celular S/A.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Recanto das Emas, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 143.000.004/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 025/99 no valor de R$ 2.780,40 (dois mil, setecentos e oitenta reais e quarenta centavos), em favor do Banco de Brasília S/A.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Santa Maria, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 143.000.004/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 026/99 no valor de R$ 348,30 (trezentos e quarenta e oito reais e e trinta centavos) em favor da Viação Anapolina Ltda.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Santa Maria, para as vidências complementares.

DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

Redação e Administração:
Anexo do Palácio do Buriti, Sala 111, Térreo.
CEP: 70075-900, Brasília - DF.
Telefones: (061) 225-7803 - 316-4137 - 213-6312
Editoração e impressão: IMPRENSA NACIONAL

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador

BENEDITO DOMINGOS
Vice-Governador

WELIGTON LUIZ MORAES
Secretário de Comunicação Social

LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS
Chefe da Divisão de Divulgação

PROCESSO Nº : 149.000.005/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE
ASSUNTO : TARIFA TELEFÔNICA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 011/99 no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) em favor da Telebrasília Celular S/A.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Lago Norte, para as providências complementares.

Em 9 de fevereiro de 1999

PROCESSO Nº : 147.000.011/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA
ASSUNTO : TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 021/99 no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) em favor da CEB -Companhia de Energética de Brasília.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional da Candangolândia, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 147.000.019/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA
ASSUNTO : DESPESA DE EXERCÍCIO ANTERIOR

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 010/99 no valor de R$ 2.605,57 (dois mil, seiscentos e cinco reais e cinquenta e sete centavos) em favor da Telebrasília - Telecomunicações de Brasília.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional da Candangolândia, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 147.000.020/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA
ASSUNTO : DESPESA DE EXERCÍCIO ANTERIOR

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 011/99 no valor de R$ 651,69 (seicentos e cinquenta e um reais e sessenta e nove centavos) em favor da Telebrasília Celular S/A.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional da Candangolândia, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 147.000.010/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA
ASSUNTO : TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 020/99 no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais) em favor da CEB - Companhia Energética de Brasília.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional da Candangolândia, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 147.000.050/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 018/99 no valor de R$ 321,10 (trezentos e vinte e um reais e dez centavos) em favor da Viação Anapolina Ltda.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional da Candangolândia, para as vidências complementares.

PROCESSO Nº : 147.000.050/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 017/99 no valor de R$ 2.776,80 (dois mil, setecentos e setenta e seis reais e oitenta centavos), em favor do Banco de Brasília S/A.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional da Candangolândia, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 147.000.015/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA
ASSUNTO : TARIFA DE ÁGUA E ESGOTO

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 009/99 no valor de R$ 1.100,00 (um mil e cem reais) em favor da CEB - Companhia Energéitica de Brasília.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional da Candangolândia, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 138.000.241/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
ASSUNTO : TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 027/99 no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais) em favor da CEB - Companhia Energética de Brasília.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Ceilândia, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 138.000.242/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
ASSUNTO : TARIFA TELEFÔNICA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 026/99 no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) em favor da Telebrasília - Telecomunicações de Brasília.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Ceilândia, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 139.000.087/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO
ASSUNTO : TARIFA TELEFÔNICA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 019/99 no valor de R$ 40,00 (quarenta reais) em favor da Telebrasília - Telecomunicações de Brasília.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Cruzeiro, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 131.000.032/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA
ASSUNTO : TARIFA TELEFÔNICA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 015/99 no valor de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) em favor da Telebrasília - Telecomunicações de Brasília.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Gama, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 149.000.002/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE
ASSUNTO : TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 009/99 no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) em favor da CEB - Companhia Energética de Brasília.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Lago Norte, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 146.000.003/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 021/99 no valor de R$ 1.835,10 (um mil, oitocentos e trinta e cinco reais e dez centavos) em favor do Banco de Brasília S/A.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Lago Sul, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 146.000.017/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 020/99 no valor de R$ 35,00 (trinta e cinco reais) em favor da Viação Anapolina Ltda.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Lago Sul, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 146.000.050/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL
ASSUNTO : TARIFA DE ÁGUA E ESGOTO

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 017/99 no valor de R$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) em favor da CAESB - Companhia de Água e Esgoto de Brasília.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Lago Sul, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 140.000.014/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ
ASSUNTO : TARIFA TELEFÔNICA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 043/99 no valor de R$ 100,00 (cem reais) em favor da Telebrasília - Telecomunicações de Brasília.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Paranoá, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 142.000.071/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA
ASSUNTO : TARIFA DE ÁGUA E ESGOTO

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 014/99 no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) em favor da CAESB - Companhia de Água e Esgoto de Brasília.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Samambaia, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 142.000.072/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA
ASSUNTO : TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 011/99 no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais) em favor da CEB - Companhia Energética de Brasília.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Samambaia, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 142.000.070/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA
ASSUNTO : TARIFA TELEFÔNICA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 013/99 no valor de R$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais), em favor da Telebrasília Celular S/A.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Samambaia, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 142.000.069/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA
ASSUNTO : TARIFA TELEFÔNICA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 012/99 no valor de R$ 13.000,00 (treze mil reais), em favor da Telebrasília - Telecomunicações de Brasília.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Samambaia, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 142.000.019/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 017/99 no valor de R$ 4.326,30 (quatro mil, trezentos e vinte e seis reais e trinta centavos), em favor do Banco de Brasília S/A.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Samambaia, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 142.000.017/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 015/99 no valor de R$ 43,20 (quarenta e três reais e vinte centavos), em favor da Taguatur - Taguatinga Transporte e Turismo Ltda.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Samambaia, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 142.000.016/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 016/99 no valor de R$ 10,00 (dez reais) em favor da Empresa Santo Antonio Transporte e Turismo Ltda.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Samambaia, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 143.000.094/97
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA
ASSUNTO : FORNECIMENTO DE MASSA ASFÁLTICA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a dispensa de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no inciso VIII do artigo 24 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 021/99 no valor de R$ 10.737,60 (dez mil, setecentos e trinta e sete reais e sessenta centavos) em favor da NOVACAP - Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Santa Maria, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 143.000.059/97
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA
ASSUNTO : TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 017/99 no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) em favor da CEB - Companhia Energética de Brasília.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Santa Maria, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 144.000.103/98
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO
ASSUNTO : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - FUNAP

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a dispensa de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no inciso XIII do artigo 24 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 011/99 no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) em favor da FUNAP - Fundação de Amparo ao Trabalhodor Preso do DF.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de São Sebastião, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 144.001.132/96
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO
ASSUNTO : TARIFA POSTAL

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a dispensa de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no inciso VIII do artigo 24 da referida Lei, tendo em vista a

justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 010/99 no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) em favor da Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de São Sebastião, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 134.000.019/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no " caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 018/99 no valor de R$ 160,80 (cento e sessenta reais e oitenta centavos) em favor da Rápido Planaltina Ltda.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Sobradinho, para as providências complementares.

Em 10 de fevereiro de 1999

PROCESSO Nº : 138.000.219/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
ASSUNTO : MANUTENÇÃO DE MÁQUINA COPIADORA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 021/99 no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) em favor da Type Máquinas e Serviços Ltda.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Ceilândia, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 135.000.469/98
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA
ASSUNTO : DESPESA DE EXERCÍCIO ANTERIOR

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 025/99 no valor de R$ 617,44 (seiscentos e dezessete reais e quarenta e quatro centavos) em favor da Telebrasília Celular S/A.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Planaltina, para as providências complementares.

HERMAN BARBOSA
Interino

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE

DESPACHO DO ADMINISTRADOR
Em 10 de fevereiro de 1999

PROCESSO Nº 149.000.102/99
À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, RECONHEÇO a dívida por exercícios anteriores, no valor de R$1.730,00 (hum mil, setecentos e trinta reais), em favor Companhia Energética de Brasília - CEB. O pagamento da despesa fica condicionado à existência de saldo orçamentário na dotação 31902 da programação orçamentária da Regional. Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Administração Geral para as providências devidas.

MARCO LIMA
Interino

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA

ORDEM DE SERVIÇO DE 10 DE FEVEREIRO DE 1999

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no Ofício nº 001/99 de 09.02.99 da Comissão de Inventário Físico de Bens Imóveis, resolve:
PRORROGAR por mais 20 (vinte) dias úteis, a contar de 12 de fevereiro de 1999, o prazo para conclusão dos trabalhos da referida Comissão, constituída pela Ordem de Serviço de 08.01.99, publicada no Diário Oficial do DF nº 08, de 12.01.99, página 08.

NILTON GONÇALVES GUIMARÃES
Interino

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 5, DE 11 DE FEVEREIRO DE 1999

A Superintendente do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos-IDR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 27, inciso IV, do Regimento do IDR aprovado pelo Decreto nº 15.062, de 24 de setembro de 1993, e, atendendo à solicitação do Senhor Presidente da Comissão de Tomada de Contas Especial, instituída pela Ordem de Serviço nº 103, de 08 de dezembro de 1998, publicada no DODF nº 238, de 16 de dezembro de 1998, resolve:

1. Prorrogar por mais 30 dias, o prazo de apuração dos fatos do Processo nº 00031.000286/98, com base no disposto no artigo 8º da Resolução nº 102, de 15 de julho de 1998, do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
2. Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

ELIZABET CAMPOS GARCIA

SECRETARIA DE FAZENDA

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

1ª CÂMARA

PAUTAS DE JULGAMENTOS

Faço público, de ordem do Exmo. Sr. **WELLINGTON CARLOS BATISTA**, Vice-Presidente do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, sediado no SBN – Ed. Vale do Rio Doce, 12º andar, que constam da Pauta da Sessão de Julgamento da 1ª Câmara do TARF, que se realizará no dia 22 de fevereiro de 1.999, segunda-feira, às dezesseis horas, ou sessão subseqüente, processos iniciados ou adiados e constantes de pauta anteriores, publicadas, e mais o(s) seguinte(s) feito(s), PARA INÍCIO DE JULGAMENTO:

RV 655/97
Recorrente: VALDIVINO PEREIRA DUARTE
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas – RA/I
Representante da Fazenda : Procuradora Cybele Lara da Costa Queiroz
Relator : Conselheiro Kleber Nascimento

RV 069/98
Recorrente: YVONNE MATTOS MAIA DOS SANTOS
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas – RA/XVI
Representante da Fazenda : Procuradora Cybele Lara da Costa Queiroz
Relator : Conselheiro Kleber Nascimento

Faço público, de ordem do Exmo. Sr. **WELLINGTON CARLOS BATISTA**, Vice-Presidente do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, sediado no SBN – Ed. Vale do Rio Doce, 12º andar, que constam da Pauta da Sessão de Julgamento da 1ª Câmara do TARF, que se realizará no dia 23 de fevereiro de 1.999, terça-feira, às dezesseis horas, ou sessão subseqüente, processos iniciados ou adiados e constantes de pauta anteriores, publicadas, e mais o(s) seguinte(s) feito(s), PARA INÍCIO DE JULGAMENTO:

RV 113/98
Recorrente: CONDOMÍNIO DA QE 02 BLOCO B-11
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas – RA/X
Representante da Fazenda : Procuradora Maria Wilma de Azevedo Silva Mansur
Relator : Conselheiro Kleber Nascimento

RV 177/98
Recorrente: OSWALDO DE ASSIS SALLES
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas – RA/XVI
Representante da Fazenda : Procuradora Maria Wilma de Azevedo Silva Mansur
Relator : Conselheiro Kleber Nascimento

Faço público, de ordem do Exmo. Sr. **WELLINGTON CARLOS BATISTA**, Vice-Presidente do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediado no SBN - Ed. Vale do Rio Doce, 12º andar, que constam da Pauta da Sessão de Julgamento da 1ª Câmara do TARF, que se realizará no dia 24 de fevereiro de 1.999, quarta-feira, às dezesseis horas, ou sessão subseqüente, processos iniciados ou adiados e constantes de pautas anteriores, publicadas, e mais o(s) seguinte(s) feito(s), PARA INÍCIO DE JULGAMENTO:

RV 723/97
Recorrente: JIN COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Representante da Fazenda : Procuradora Maria Wilma de Azevedo Silva Mansur
Relator : Conselheiro Kleber Nascimento

RV 007/98 e REO 006/98
Recorrentes: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA – SAB e Subsecretaria da Receita
Recorridas : Subsecretaria da Receita e SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA – SAB
Representante da Fazenda : Procuradora Maria Wilma de Azevedo Silva Mansur
Relator : Conselheiro Kleber Nascimento

Faço público, de ordem da Exmo. Sr. **WELLINGTON CARLOS BATISTA**, Vice-Presidenta do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediado no SBN - Ed. Vale do Rio Doce, 12º andar, que constam da Pauta da Sessão de Julgamento da 1ª Câmara do TARF, que se realizará no dia 25 de fevereiro de 1.999, quinta-feira, às dezesseis horas, ou sessão subseqüente, processos iniciados ou adiados e constantes de pautas anteriores, publicadas, e mais o(s) seguinte(s) feito(s), PARA INÍCIO DE JULGAMENTO:

RV 499/97
Recorrente: IRFATUR TURISMO E HOTELEIRO S/A
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Representante da Fazenda : Procuradora Maria Wilma de Azevedo Silva Mansur
Relator : Conselheiro Kleber Nascimento

RV 335/98
Recorrente: DEUSDEDIT GUIMARÃES ROCHA
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Representante da Fazenda : Procuradora Maria Wilma de Azevedo Silva Mansur
Relator : Conselheiro Kleber Nascimento

Brasília 12 de fevereiro de 1999 CELY CURADO
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS Assistente

ATAS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS

Às quatorze horas do dia 03 de fevereiro de 1.999, reuniu-se a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sob a Presidência do Exmo. Sr. Wellington Carlos Batista, Vice-Presidente da Casa, e presentes o Exmo. Sr. Conselheiro Kleber Nascimento e a Exma. Sra. Conselheira Suplente Maria Helena Lima Pontes, bem como a Sra. Representante da Fazenda Procuradora Cybele Lara da Costa Queiroz. Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. O Sr. Presidente em exercício constatou a não existência de *quorum* para deliberar, em virtude de estar o Tribunal *sub judice*, em virtude da liminar concedida ao Conselheiro Nélio Lacerda Wanderlei. Em sendo assim, adiou para sessão a ser marcada posteriormente o julgamento dos processos constantes da pauta, quais sejam: **RV 655/97,** Recorrente VALDIVINO PEREIRA DUARTE, Recorrida Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/I, Relator Conselheiro Kleber Nascimento e **RV 069/98,** Recorrente YVONNE MATTOS MAIA DOS SANTOS, Recorrida Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/XVI e Relator Conselheiro Kleber Nascimento. Não havendo outro assunto a ser tratado ou quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente em exercício encerrou a sessão, convocando outra, Ordinária, para o dia 04 de fevereiro de 1.999, quinta-feira, às quatorze horas. E, por nada mais constar, eu, Cely Curado, _____ , lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os presentes à sessão do dia 04 de fevereiro, data em que foi aprovada.
Conselheiros: WELLINGTON CARLOS BATISTA (Presidente em exercício), KLEBER NASCIMENTO, MARIA HELENA LIMA PONTES (Suplente), Representante da Fazenda Procuradora CYBELE LARA DA COSTA QUEIROZ.

Às quatorze horas do dia 04 de fevereiro de 1.999, reuniu-se a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sob a Presidência do Exmo. Sr. Wellington Carlos Batista, Vice-Presidente da Casa, e presentes o Exmo. Sr. Conselheiro Kleber Nascimento e a Exma. Sra. Conselheira Suplente Maria Helena Lima Pontes, bem como a Sra. Representante da Fazenda Procuradora Cybele Lara da Costa Queiroz. Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. O Sr. Presidente em exercício constatou a não existência de *quorum* para deliberar, em virtude de estar o Tribunal *sub judice*, em virtude da liminar concedida ao Conselheiro Nélio Lacerda Wanderlei. Em sendo assim, adiou para sessão a ser marcada posteriormente o julgamento dos processos constantes da pauta, quais sejam: **RV 113/98,** Recorrente CONDOMÍNIO DA QE 02 BLOCO B-11, Recorrida Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/X, Relator Conselheiro Kleber Nascimento e **RV 177/98,** Recorrente OSWALDO DE ASSIS SALLES, Recorrida Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/XVI e Relator Conselheiro Kleber Nascimento. Não havendo outro assunto a ser tratado ou quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente em exercício encerrou a sessão, convocando outra, Ordinária, para o dia 10 de fevereiro de 1.999, quarta-feira, às quatorze horas. E, por nada mais constar, eu, Gessy Dias, _____ , lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os presentes à sessão do dia 10 de fevereiro, data em que foi aprovada.
Conselheiros: WELLINGTON CARLOS BATISTA (Presidente em exercício), KLEBER NASCIMENTO, MARIA HELENA LIMA PONTES (Suplente), Representante da Fazenda Procuradora CYBELE LARA DA COSTA QUEIROZ.

2ª CÂMARA

PAUTAS DE JULGAMENTO

Faço público, de ordem do Exmo. Sr. **WELLINGTON CARLOS BATISTA**, Vice-Presidenta do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediado no SBN - Ed. Vale do Rio Doce, 12º andar, que constam da Pauta da Sessão de Julgamento da 2ª Câmara do TARF, que se realizará no dia 22 de fevereiro de 1.999, segunda-feira, às quatorze horas, ou sessão subseqüente, processos iniciados ou adiados e constantes de pautas anteriores, e mais o(s) seguinte(s) feito(s), PARA INÍCIO DE JULGAMENTO:

RV 127/97
Recorrente: MAÇÃ DO AMOR ENXOVAIS LTDA.
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas – RA/XVI
Representante da Fazenda : Procuradora Cybele Lara da Costa Queiroz
Relator : Conselheiro Luiz Airton Figurelli Gorga

RV 176/98
Recorrente: KARPEÇAS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Postura – RA/I
Representante da Fazenda : Procuradora Cybele Lara da Costa Queiroz
Relator : Conselheiro Airton Nazário de Oliveira

Faço público, de ordem da Exmo. Sr. **WELLINGTON CARLOS BATISTA**, Vice-Presidenta do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediado no SBN - Ed. Vale do Rio Doce, 12º andar, que constam da Pauta da Sessão de Julgamento da 2ª Câmara do TARF, que se realizará no dia 23 de fevereiro de 1.999, terça-feira, às quatorze horas, ou sessão subseqüente, processos iniciados ou adiados e constantes de pautas anteriores, publicadas, e mais o(s) seguinte(s) feito(s), PARA INÍCIO DE JULGAMENTO:

RV 141/98
Recorrente: LEVY GOMES DA SILVA
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Postura – RA/I
Representante da Fazenda : Procuradora Maria Wilma de Azevedo Silva Mansur
Relator : Conselheiro Airton Nazário de Oliveira

RV 189/98
Recorrente: CONDOMÍNIO BLOCO "M" SQN 411
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas – RA/I
Representante da Fazenda : Procuradora Maria Wilma de Azevedo Silva Mansur
Relator : Conselheiro Luiz Airton Figurelli Gorga

Faço público, de ordem do Exmo. Sr. **WELLINGTON CARLOS BATISTA**, Vice-Presidente do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediado no SBN - Ed. Vale do Rio Doce, 12º andar, que constam da Pauta da Sessão de Julgamento da 2ª Câmara do TARF, que se realizará no dia 24 de fevereiro de 1.999, quarta-feira, às quatorze horas, ou sessão subseqüente, processos iniciados ou adiados e constantes de pautas anteriores, publicadas, e mais o(s) seguinte(s) feito(s), PARA INÍCIO DE JULGAMENTO:

RV 803/97
Recorrente: COMANDO AUTO PEÇAS LTDA.
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Postura – RA/I
Representante da Fazenda : Procuradora Maria Wilma de Azevedo Silva Mansur
Relator : Conselheiro Airton Nazário de Oliveira

RV 062/98
Recorrente: AÇOUGUE MIPIBU LTDA.
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas – RA/I
Representante da Fazenda : Procuradora Maria Wilma de Azevedo Silva Mansur
Relator : Conselheiro Luiz Airton Figurelli Gorga

Faço público, de ordem do Exmo. Sr. **WELLINGTON CARLOS BATISTA**, Vice-Presidente do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediado no SBN - Ed. Vale do Rio Doce, 12º andar, que constam da Pauta da Sessão de Julgamento da 2ª Câmara do TARF, que se realizará no dia 25 de fevereiro de 1.999, quinta-feira, às quatorze horas, ou sessão subseqüente, processos iniciados ou adiados e constantes de pautas anteriores, publicadas, e mais o(s) seguinte(s) feito(s), PARA INÍCIO DE JULGAMENTO:

RV 816/97
Recorrente: LAURA FALÇÃO DA GAMA
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Postura – RA/I
Representante da Fazenda : Procuradora Maria Wilma de Azevedo Silva Mansur
Relator : Conselheiro Airton Nazário de Oliveira

RV 163/98
Recorrente: SACY PERERÊ CONFECÇÕES INFANTO JUVENIL LTDA.
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas – RA/I
Representante da Fazenda: Procuradora Maria Wilma de Azevedo Silva Mansur
Relator : Conselheiro Luiz Airton Figurelli Gorga

Brasília, 12 de fevereiro de 1999 CELY CURADO
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCIAS Assistente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA

Às quatorze horas do dia 02 de fevereiro de 1.999, reuniu-se a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sob a Presidência do Exmo. Sr. Wellington Carlos Batista e presentes os Exmos. Srs. Conselheiros Airton Nazário de Oliveira, Nélio Lacerda Wanderlei e Luiz Airton Figurelli Gorga, bem como as Sras. Representantes da Fazenda Procuradoras Cybele Lara da Costa Queiroz e Maria Wilma de Azevedo Silva Mansur. Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. Em virtude de encontrar-se a Corte *sub judice*, tendo em vista liminar concedida ao Conselheiro Nélio Lacerda Wanderlei, foram retirados da pauta de julgamento os seguintes processos dela constantes: **RV 127/97,** Recorrente MAÇÃ DO AMOR ENXOVAIS LTDA., Recorrida Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/XVI, Relator Conselheiro Luiz Airton Figurelli Gorga e **RV 839/97,** Recorrente MARCO ANTÔNIO NOBRE, Recorrida Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/II e Relator Conselheiro Airton Nazário de Oliveira. Não havendo outro assunto a ser deliberado ou quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou a sessão, convocando outra, Ordinária, para o dia 08 de fevereiro de 1.999, segunda-feira, às quatorze horas. E, por nada mais constar, eu, Cely Curado, _____ , lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os presentes à sessão do dia 08 de fevereiro, data em que foi aprovada.
Conselheiros: WELLINGTON CARLOS BATISTA (Presidente em exercício), AIRTON NAZÁRIO DE OLIVEIRA, NÉLIO LACERDA WANDERLEI, LUIZ AIRTON FIGURELLI GORGA, Representante da Fazenda Procuradora CYBELE LARA DA COSTA QUEIROZ.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ATO DO SECRETÁRIO

CONCLUINTES DO CURSO DE 2º GRAU

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais e tendo em vista o disposto na Portaria nº 61/91-SE, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 236 de 29 de novembro de 1991, torna pública a relação dos concluintes do 2º Grau e respectivos números de registro dos títulos, conforme especificação em anexo.

EURIDES BRITO DA SILVA

Centro Educacional Maria Auxiliadora
Ato de Reconhecimento: Portaria nº 55 de 02/12/77 - SEC /DF.

Nome do Diplomado	Registro	Folha	Livro
Curso: Habilitação Específica de 2º grau para o Exercício do Magistério em Nível de 1º Grau - Relação 02/99			
Amanda Martoneto	277	062	02
Aline de Menezes	278	062	02
Andreza Sulzbach	279	063	02

Cynthia Magalhães de Abreu	280	063	02
Daniela de Souza Eustáquio	281	063	02
Danielle Tavares Caballero	282	064	02
Denise Domingues Barros	283	064	02
Fabiana Santos Rodrigues de Oliveira	284	064	02
Flávia Ribeiro Voll	285	065	02
Flávio Medeiros da Silva	286	065	02
Florinda Moreira Andrade	287	065	02
Heide Campos Pereira Santos	288	066	02
Isabela Chaves Alvarenga	289	066	02
Heloisa Helena de Santana Gontijo	290	066	02
Jaqueline Ferreira Caldeira	291	067	02
Kamila Maria Werneck	292	067	02
Kylene Magalhães Chaves	293	067	02
Livia Maria Almendra Lemos Moerbeck de Campos	294	068	02
Luana Pillar Pereira Mateus	295	068	02
Maira Silva Ribeiro Gonçalves	296	068	02
Maria Carolina dos Santos Toledo	297	069	02
Maria Dolores de Castro Gilberto Penha	298	069	02
Natália Pane Diniz	299	069	02
Niara de Rezende Pereira	300	070	02
Renata Friaca Pinto	301	070	02
Samara Nogueira Rodrigues e Silva	302	070	02
Sylvia Maria Sakayo de Oliveira	303	071	02
Talita Moraes	304	071	02
Verônica Bertrand Furtado	305	071	02
Wanessa Marques de Oliveira	306	072	02
Zenilda Neres da Costa	307	072	02

Ir. Maria Carolina Ribas
Diretora Reg. Nº 2914 MEC

Joana de Souza Leal
Secretária Reg.Nº 51/DIE

Escola Técnica de Saúde

ATO DE RECONHECIMENTO : Portaria Nº 082/94 SEDF de 01/09/94

NOME DO DIPLOMADO	REGISTRO	FOLHA Nº	LIVRO Nº
Auxiliar de Enfermagem (Relação 01)			
Ana Luiza Sturion Grisoto	117	39	01
Ana Raquel Melo de Lima	118	40	01
Andréa Karin Moriera Andrade	119	40	01
Andréia Wesdna da Silva	120	40	01
Ane Shirley Aprígio da Silva	121	41	01
Beatriz Lino	122	41	01
Daniela Andrade Lima de Almeida Castelo Branco	123	41	01
Daniela Maria Lafetá Novaes Guerra	124	42	01
Darci do Carmo Silvério	125	42	01
Débora Monteiro Zacarias	126	42	01
Doralice de Jesus Santos	127	43	01
Draicienne Silva Rocha	128	43	01
Elizabeth Bonifácio Marques	129	43	01
Elizete Teixeira Chaves	130	44	01
Flávia Silva Santos	131	44	01
Helenice Castilho dos Santos	132	44	01
Hiltamar Araújo dos Santos	133	45	01
Hugo Almeida dos Santos	134	45	01
Iriele Paniago de Marcelo	135	45	01
Ivonete Pires de Morais Alecrim	136	46	01
Jacyra Martins de Carvalho	137	46	01
Janaína Gonçalves	138	46	01
Janete Teixeira	139	47	01
Joelice Malta Almeida	140	47	01
Juliana Cortes Oliveira	141	47	01
Karla de Castro Caetano	142	48	01
Leandra Vieira Nogueira Alves	143	48	01
Leila de Assis Oliveira	144	48	01
Lineu Francisco Pereira	145	49	01
Lívia Gonçalves da Silva	146	49	01
Luciana Gonçalves da Silva	147	49	01
Luciana Pereira dos Santos	148	50	01
Luciene Aparecida Cardoso de Carvalho	149	50	01
Márcia Helena Costa de Paula	150	50	01
Márcia Umbelina da Costa	151	51	01
Maria de Cássia Rodrigues dos Santos	152	51	01
Maria da Guia Pereira de Almeida	153	51	01
Maria de Lourdes Cardoso da Silva	154	52	01
Manoela Nogueira Agum	155	52	01
Marinilma Vieira Oliveira de Jesus	156	52	01
Núbia Oliveira Ramos	157	53	01
Patrícia Cristina Guimarães Alves de Miranda	158	53	01
Rita de Cássia Silva	159	53	01
Sandra Lúcia de Sousa Lacerda	160	54	01
Sheila Aparecida de Souza	161	54	01
Shirlei Gomes de Oliveira	162	54	01
Silvia Pereira dos Santos	163	55	01
Valderci Neri dos Santos	164	55	01
Viviane Alves de Araújo	165	55	01
Walquíria Tavares de Andrade	166	56	01
Welma Prado Guimarães	167	56	01
Zilá Marques da Silva	168	56	01
Cláudio José de Lima Silva	169	57	01

Diretora – Cleide Lima Kuppens
MEC – 3943 COREN – 7305

Secretária – Maria das Graças Faria
Registro nº 91/79 – SEC

Centro Educacional Compacto - Guará
Ato do Reconhecimento: Portaria nº 03 de 06/01/1981-SEC-DF/Resolução nº 02/98-CEDF

Nome do Diplomado	Registro	Folha	Livro
Educação de Jovens e Adultos - Técnico em Administração - Fase IV - Rel. nº 02/99			
Benigno de Oliveira Barreiros	858	486	002
Ensino Médio - Rel. nº 03/99			
Christiane Corrêa de Moura	859	486	002

Eliana Vidal dos Anjos
Diretora-Reg. nº 9600097-DF

Jaíde Nogueira Araújo
Secretária-Reg. nº 347-SEC-DF.

Arvense - Centro Educacional - Brasília-DF
Ato de Reconhecimento: Portaria nº 51/92 SE-DF

Nome do Diplomado	Registro	Folha	Livro
Habilitação Específica de 2º Grau para o Exercício do Magistério em nível de 1º Grau- 1ª a 4ª Série -Via Complementação de Estudos (Relação Nº 02/99)			
Andressa Martins Rangel Lima	067	34	001
Carlos Drago Neto	068	34v	001
Nilzete Fernandes dos Santos	068	35	001
Paula Renata Villas Boas Farias	070	35v	001
Adriana Cabral dos Santos	071	36	001

Márcia Gomes Fernandes
Diretora Pedagógica - Nº 960 1990 - MEC

Yone Rosas de Oliveira
Secretária - Reg. nº 1.042 - GDF/SE

Centro Educacional Asa Norte
Ato de Reconhecimento: Portaria nº 078 de 21.12.81 - SEC/DF

Diplomado	Registro	Folha	Livro nº
Habilitação Básica em Química - (Relação nº 01/99)			
José Neuton Lopes	561	186	01

Clerton Oliveira Evaristo-Diretor Alice Eleonora Vinagre de Brito
Dec.02.01.96 - DOF nº 02 de 15.01.98 Chef.de Secretaria Aut.1979-DIE/SE

DESPACHOS DA SECRETÁRIA

PROCESSO Nº: 082.001178/99; INTERESSADO: CEB; ASSUNTO: FATURAS.
À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos Artigos 80 e 81 do Decreto 16.098/94, RECONHEÇO a dívida, AUTORIZO a despesa e DETERMINO a emissão e liquidação das Notas de Empenho no valor total de R$ 84,87 (oitenta e quatro reais e oitenta e sete centavos), em favor da Companhia Energética de Brasília.

PROCESSO Nº: 082.019924/98; INTERESSADO: TELEBRASÍLIA; ASSUNTO: FATURAS.
À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos Artigos 80 e 81 do Decreto 16.098/94, RECONHEÇO a dívida, AUTORIZO a despesa e DETERMINO a emissão e liquidação das Notas de Empenho no valor total de R$ 188,53 (cento e oitenta e oito reais e cinqüenta e três centavos), em favor da Telebrasília.

Em 10 de fevereiro de 1999

PROCESSO : 030.000.282/99
INTERESSADO : SE/DF
ASSUNTO : RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE (VALES TRANSPORTE)
Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei 8.666/93, tendo em vista a INEXIGIBILIDADE de licitação, nos termos do caput 25, do mesmo diploma legal, em favor do BANCO DE BRASÍLIA S/A, no valor de R$ 1.745,30 (Hum mil, setecentos quarenta e cinco reais e trinta centavos) e VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA, no valor de R$ 125,30 (Cento e vinte e cinco reais e trinta centavos), conforme inciso I do artigo 38. Publique-se e encaminhe-se a DAG-SE para providências.

Deputada EURIDES BRITO DA SILVA

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

INSTRUÇÃO Nº 700, DE 11 DE FEVEREIRO DE 1999

A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:
1.Vincular à Divisão Regional de Ensino do Paranoá, para fins de supervisão pedagógica e administrativa as escolas localizadas na cidade de São Sebastião/DF.
2. Desvincular as referidas escolas da Divisão Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante.

MARISTELA DE MELO NEVES MENDES

SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

DESPACHO DO PRESIDENTE

PROCESSO N.º 101.000127/99
INTERESSADO: DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ASSUNTO: PAGAMENTO DE TRIBUTOS

Ratifico nos termos do Art. 26 da Lei n.º 8666/93, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação, a favor da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, objetivando o pagamento de IPTU e TLP, referente aos imóveis locados pela FSSDF, para funcionamento de órgãos institucionais que visam o atendimento da clientela específica, pertinente ao presente exercício. A inexigibilidade de licitação foi fundamentada com base no disposto no "caput" do art. 25, da supracitada Lei, tendo em vista a justificativa e documentação constante do processo acima referenciado.
Publique-se e encaminhe-se à Diretoria de Administração e Finanças para as providências complementares.

GUSTAVO AUGUSTO AURNHEIMER RIBEIRO

SECRETARIA DE TRANSPORTES

COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DA DIRETORIA EM 10 DE FEVEREIRO DE 1999

Processo 097.000083/99. A Diretoria Colegiada RATIFICA, na forma do estatuido no art. 26 da Lei 8.666/93, a situação de inexigibilidade de licitação de que trata seu art. 25, "caput", concedida pelo Diretor-Presidente à ASPLAC - Associação das Empresas Fabricantes de Placas em 08/02/99, no valor total de R$51,00 (cinqüenta e um reais), com o objetivo de efetivar a troca de placas em 3 (três) veículos, tipo camburão.

PAULO VICTOR RADA DE REZENDE
JOSÉ GERALDO MACIEL
CAIRO RAMOS
HÉLIO BARBOSA ALVES
LUIZ GONZAGA RODRIGUES LOPES

SECRETARIA DE AGRICULTURA

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 12 de fevereiro de 1999

PROCESSO Nº: 030.000107/99
INTERESSADO: Telebrasília - Telecomunicações de Brasília
ASSUNTO: Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26 da Lei nº de 8.666, de 21 de junho de 1993, a Inexigibilidade de Licitação, de que trata presente processo, tendo em vista as justificativas constantes do processo acima citado. Nota de Empenho 99NE00026 no va de R$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais). Publique-se e encaminhe-se a Divisão de Administração Geral para providências complementares.

AGUINALDO LÉLIS

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHOS DA PRESIDENTE
Em 10 de fevereiro de 1999

PROCESSO: 081.002591/98
INTERESSADO: EMPRESA SANTO ANTONIO TRANSPORTE E TURISMO LTDA.
ASSUNTO: RATIFICA DISPENSA DO PROCESSO LICITATÓRIO
Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação a favor da Empresa Santo Antonio Transporte e Turismo Ltda., no valor de R$2.200,00(DOIS MIL E DUZENTOS REAIS), especificado inicialmente na Nota de Empenho Nº 00046/99, no valor de R$107,00(CENTO E SETE REAIS), para fazer face às despesas com aquisição de vales transporte, para atender esta FCDF no corrente exercício.
A inexigibilidade foi fundamentada no caput do artigo 25 da Lei 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no processo acima citado.
Publique-se e encaminhe-se o presente processo ao DAG/FCDF para os demais procedimentos administrativos.

PROCESSO: 081.002592/98
INTERESSADO: EMPRESA TAGUATUR TRANSPORTE E TURISMO.
ASSUNTO: RATIFICA DISPENSA DO PROCESSO LICITATÓRIO
Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação a favor da Empresa Taguatur Transporte e Turismo, no valor de R$3.300,00(TRÊS MIL E TREZENTOS REAIS), especificado inicialmente na Nota de Empenho Nº 00045/99, no valor de R$25,00(VINTE E CINCO REAIS), para fazer face às despesas com aquisição de vales transporte, para atender esta FCDF no corrente exercício.
A inexigibilidade foi fundamentada no caput do artigo 25 da Lei 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no processo acima citado.
Publique-se e encaminhe-se o presente processo ao DAG/FCDF para os demais procedimentos administrativos.

PROCESSO: 081.002590/98
INTERESSADO: EMPRESA VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA.
ASSUNTO: RATIFICA DISPENSA DO PROCESSO LICITATÓRIO
Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação a favor da Empresa Viação Anapolina Ltda., no valor de R$40.000,00(QUARENTA MIL REAIS), especificado inicialmente na Nota de Empenho Nº 00044/99, no valor de R$2.412,00(DOIS MIL, QUATROCENTOS E DOZE REAIS), para fazer face às despesas com aquisição de vales transporte, para atender esta FCDF no corrente exercício.
A inexigibilidade foi fundamentada no caput do artigo 25 da Lei 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no processo acima citado.
Publique-se e encaminhe-se o presente processo ao DAG/FCDF para os demais procedimentos administrativos.

PROCESSO: 081.003350/97
INTERESSADO: BANCO DE BRASÍLIA S/A
ASSUNTO: RATIFICA DISPENSA DO PROCESSO LICITATÓRIO
Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação a favor do Banco de Brasília S/A, no valor de R$5.000,00(CINCO MIL REAIS), especificado inicialmente na Nota de Empenho Nº 00056/99, no valor de R$1.500,00(HUM MIL E QUINHENTOS REAIS), para fazer face às despesas com taxas, multas e seguros dos veículos pertecentes a FCDF junto ao DETRAN-DF no corrente exercício.
A inexigibilidade foi fundamentada no item VIII do artigo 24 da Lei 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no processo acima citado.
Publique-se e encaminhe-se o presente processo ao DAG/FCDF para os demais procedimentos administrativos.

PROCESSO: 081.002593/98
INTERESSADO: BANCO DE BRASÍLIA S/A
ASSUNTO: RATIFICA DISPENSA DO PROCESSO LICITATÓRIO
Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação a favor do Banco de Brasília S/A, no valor de R$170.000,00(CENTO E SETENTA MIL REAIS), especificado inicialmente na Nota de Empenho Nº 00051/99, no valor de R$11.680,00(ONZE MIL, SEISCENTOS E OITENTA REAIS), para fazer face às despesas com aquisição de vales transporte, para atender esta FCDF no corrente exercício.
A inexigibilidade foi fundamentada no Caput do artigo 25 da Lei 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no processo acima citado.
Publique-se e encaminhe-se o presente processo ao DAG/FCDF para os demais procedimentos administrativos.

PROCESSO: 081.000032/96
INTERESSADO: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
ASSUNTO: RATIFICA DISPENSA DO PROCESSO LICITATÓRIO
Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação a favor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no valor de R$19.200,00(DEZENOVE MIL E DUZENTOS REAIS), especificado inicialmente na Nota de Empenho Nº 00009/99, no valor de R$232,50(DUZENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS) e na Nota de Empenho nº00055/99, no valor de R$500,00 (QUINHENTOS REAIS), para fazer face às despesas com serviços postais, sedex E.M.S, no corrente exercício.
A inexigibilidade foi fundamentada no Caput do artigo 25 da Lei 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no processo acima citado.
Publique-se e encaminhe-se o presente processo ao DAG/FCDF para os demais procedimentos administrativos.

MARIA LUIZA DORNAS

DIRETORIA EXECUTIVA

DESPACHOS DA DIRETORA
Em 9 de fevereiro de 1999

PROCESSO: 081.002476/98
INTERESSADO: CANTARES PROMOÇÕES CULTURAIS.
ASSUNTO: ADVERTÊNCIA.
Tendo em vista o constante nos autos e de acordo com o Art. 87 da Lei 8.666/93, aplico a pena de ADVERTÊNCIA à empresa CANTARES PROMOÇOES CULTURAIS, CGC nº 02.129.139/0001-65, com sede à SER/SUL, QUADRA 10, BLOCO G-2, LOTE 05, CRUZEIRO VELHO/DF, por inobservância do Art. 81, do citado Diploma Legal.
Publique-se e encaminhe-se os autos ao DAG/FCDF para os demais procedimentos administrativos.

PROCESSO: 081.000246/99
INTERESSADO: ALEXANDRE FREDERICO F. ASHTON
ASSUNTO: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA
Tendo em vista o constante dos autos e o disposto na Lei nº4.320/64, combinado com os Artigos 80 e 81 do Decreto 16.098/94 e a competência expressa no inciso I do Art. 38 e incisos II e IV do Art. 39, também do citado diploma legal, RECONHEÇO A DÍVIDA, autorizo a realização da despesa, emissão de Empenho na Fonte 100, Elemento 31.90.92, Atividade 85020013, e o respectivo pagamento no valor de R$1.401,20 (hum mil, quatrocentos e um reais e vinte centavos) em favor de Alexandre Frederico F. Ashton, referente a pagamento de Gratificação de Manutenção de Instrumentos Musicais.
Publique-se e remeta-se ao DAG/FCDF para as devidas providências.

MARIA LUIZA DORNAS

SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 22 de janeiro de 1999

PROCESSO: 170.000.006/99
INTERESSADO: EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações
Assunto: Ratificacão de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 5.205,34 (cinco mil, duzentos e cinco reais e trinta e quatro centavos), referente a 99NE00012, emitida em 22.01.99, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349039, fonte de recurso 100, destinada a cobrir despesa com aluguel da linha multiponto interligando circuitos especiais, de dados aos terminais do seguro-desemprego. A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Art. 25, da Lei 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/SETER-DF, para as providências complementares.

PROCESSO: 170.000.007/99
INTERESSADO: Telebrasília - Telecomunicações de Brasília
Assunto: Ratificacão de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais), referente a 99NE00006, emitida em 20.01.99, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349039, fonte de recurso 100, destinada a cobrir despesa com tarifas telefônicas da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Distrito Federal. A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Art. 25, da Lei 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/SETER-DF, para as providências complementares.

PROCESSO: 170.000.008/99
INTERESSADO: Telebrasília - Telecomunicações de Brasília
Assunto: Ratificacão de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), referente a 99NE00009, emitida em 20.01.99, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349039, fonte de recurso 100, destinada a cobrir despesa com tarifas telefônicas da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Distrito Federal. A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Art. 25, da Lei 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/SETER-DF, para as providências complementares.

PROCESSO: 170.000.010/99
INTERESSADO: Telebrasília - Telecomunicações de Brasília
Assunto: Ratificacão de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 21.150,00 (vinte e hum mil, cento e cinquenta reais), referente a 99NE00008, emitida em 20.01.99, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349039, fonte de recurso 100, destinada a cobrir despesa com tarifas telefônicas da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Distrito Federal. A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Art. 25, da Lei 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/SETER-DF, para as providências complementares.

MARCO AURÉLIO RODRIGUES MALCHER LOPES
Interino

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 12, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, e o que consta dos processos nºs 030.000844/99 e 137.000095/99, resolve:

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Região Administrativa V – Sobradinho e da Região Administrativa X – Guará, aprovado pelo Decreto nº 20.004, de 13 de janeiro de 1999.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

ILDEU LEONEL OLIVEIRA DE PAIVA

ANEXO I

ORÇAMENTO FISCAL

A C R É S C I M O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
190107/00001 11107 **REGIÃO ADMINISTRATIVA V - SOBRADINHO**				105.000
10.060.0327.8507 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
Ref: 000672 0001 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	34.90.92	100	105.000	
				105.000
190112/00001 11112 **REGIÃO ADMINISTRATIVA X - GUARÁ**				4.000
10.060.0327.1256 AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
Ref: 003055 0006 AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	45.90.92	120	4.000	
				4.000
00025/1 - 200080 * As transferências não constam do Total			TOTAL	109.000

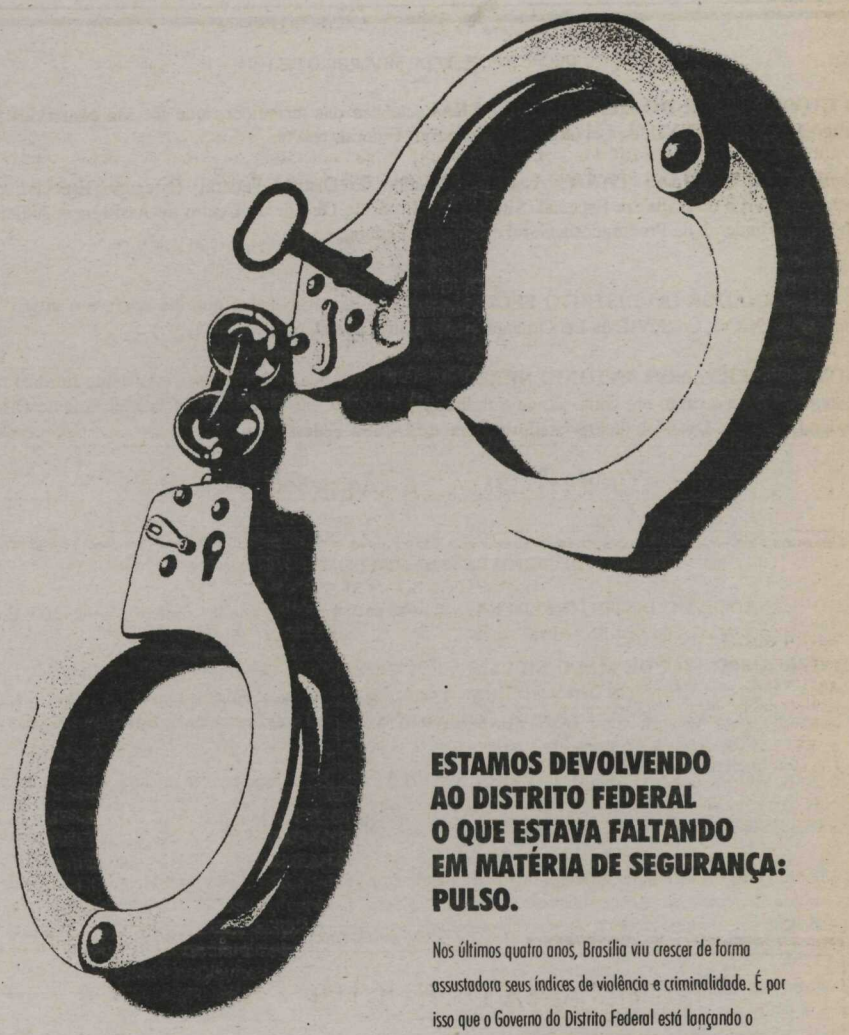
ANEXO II

ORÇAMENTO FISCAL

R E D U Ç Ã O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
190107/00001 11107 **REGIÃO ADMINISTRATIVA V - SOBRADINHO**				105.000
10.060.0327.8507 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
Ref: 000672 0001 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	34.90.39	100	105.000	
				105.000
190112/00001 11112 **REGIÃO ADMINISTRATIVA X - GUARÁ**				4.000
10.060.0327.1256 AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
Ref: 003055 0006 AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	45.90.51	120	4.000	
				4.000
00025/2 - 200081 * As transferências não constam do Total			TOTAL	109.000



ESTAMOS DEVOLVENDO AO DISTRITO FEDERAL O QUE ESTAVA FALTANDO EM MATÉRIA DE SEGURANÇA: PULSO.

Nos últimos quatro anos, Brasília viu crescer de forma assustadora seus índices de violência e criminalidade. É por isso que o Governo do Distrito Federal está lançando o programa Segurança Sem Tolerância: um conjunto de medidas para combater o crime sem tréguas, sem tolerância. Mas com respeito ao cidadão. O programa inclui aumento expressivo do número de policiais nas ruas, com a volta da Rocan e das duplas Cosme e Damião. A modernização da estrutura das polícias e a valorização do policial. O combate sistemático ao tráfico e ao uso de drogas. A parceria do GDF com o Judiciário e o Ministério Público - e sobretudo com a sociedade. Veja as medidas adotadas pelo GDF, como parte do Segurança Sem Tolerância:

- Nomeação de 861 novos policiais civis.
- Seleção e formação de 2 mil policiais militares.
- Entrega de 80 carros novos e 65 totalmente reformados.
- Concurso para contratação de 900 bombeirps.
- Duas lanchas e 4 jet skis para atendimento no Lago Paranoá.
- Mais 21 Juizados Especiais para julgamentos rápidos.
- Construção de 5 Núcleos de Detenção para criminosos de baixa periculosidade, desafogando as cadeias.

Isso é apenas o começo. Novas medidas virão, para que Brasília possa ter de volta a paz e a tranqüilidade.

SEGURANÇA SEM TOLERÂNCIA.

Secretaria de Segurança Pública
Governo do Distrito Federal

SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS DE 11 DE FEVEREIRO DE 1999

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Nomear **RACIB ELIAS TICLY**, Assistente Jurídico do Distrito Federal, Categoria Especial, para exercer o Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-06, de Diretor do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal, da Procuradoria Geral do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, XXVI, E XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

NOMEAR **FERNANDO ANTONIO NERES FERRAZ**, matrícula nº 46.680-0, Assistente Jurídico de 2ª Categoria, para o cargo em comissão de Subdiretor-Geral do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal, Símbolo DFG-14, da Procuradoria Geral do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETOS DE 12 DE FEVEREIRO DE 1999

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

NOMEAR **ANDERSON DE MELO SILVA**, Analista de Finanças e Controle, matrícula nº 44.004-3, para exercer o Cargo em Comissão de Gerente da Gerência de Apoio às Atividades Administrativo-Regionais, Símbolo DFG-12, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Secretaria de Governo.

NOMEAR **MÔNICA SANTARÉM TAVEIRA E ÁVILA**, Advogada, para exercer o Cargo em Comissão de Gerente da Gerência de Orientação e Apoio Normativo ao Sistema Regional, Símbolo DFG-12, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Secretaria de Governo.

NOMEAR **ITIRO ASHIUCHI**, Inspetor de Obras, matrícula nº 19.663-0, para exercer o Cargo em Comissão de Gerente da Gerência de Acompanhamento das Ações Regionais, Símbolo DFG-12, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Secretaria de Governo.

NOMEAR **NATANAEL ALCÂNTARA DOMINGOS**, para exercer o Cargo em Comissão de Gerente da Gerência de Estudo e Apoio ao Planejamento Regional, Símbolo DFG-12, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Secretaria de Governo.

NOMEAR **EVANTINA AUGUSTA DE CARVALHO**, Técnico de Administração Pública/IDHAB, matrícula nº, 11.124-4, para exercer o Cargo em Comissão de Assessora, Símbolo DFA-11,do Gabinete da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Secretaria de Governo.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Nomear **TITUS LIVIUS DE PAULA SENNA**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessor do Departamento de Administração Geral e Planejamento, da Procuradoria Geral do Distrito Federal.

Tornar sem efeito a Retificação publicada no DODF Nº 23, página 13, de 02 de fevereiro de 1999, do Decreto do Delegado de Polícia **JOÃO MONTEIRO NETO**, matrícula 33.078-7, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-12, de Assessor da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

NOMEAR **OSVALDO ALVES DE AMORIM**, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor do Gabinete, Símbolo DFA-11, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Secretaria de Governo.

EXONERAR, por estar sendo nomeado para outro cargo, **OSVALDO ALVES DE AMORIM**, do Cargo em Comissão de Chefe de Gabinete, Símbolo DFG-14, da Administração Regional de Brasília, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Secretaria de Governo.

NOMEAR **PEDRO RIBEIRO BARBOSA**, para exercer o Cargo em Comissão de Subsecretário Adjunto, Símbolo DFG-14, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Secretaria de Governo.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

RETIFICAÇÃO

No Decreto de 09 de fevereiro de 1999, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 29, de 10 de fevereiro de 1999, página 20.

- Onde se lê: Nomear **GABRIEL DE MORAIS AGUIAR**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-08, de Assistente do Secretário Executivo, da Fundação Pólo Ecológico...
- Leia-se: Nomear **GABRIEL DE MORAIS AGUIAR**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-08, de Assistente da Fundação Pólo Ecológico...

No Decreto de 09 de fevereiro de 1999, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 29, de 10 de fevereiro de 1999, página 20.

- Onde se lê: Nomear **SIMONE ANTUNES SANTOS**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Assistente do Secretário Executivo, da Fundação Pólo Ecológico...
- Leia-se: Nomear **SIMONE ANTUNES SANTOS**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Assistente da Fundação Pólo Ecológico...

No Decreto de 10 de fevereiro de 1999, publicado no DODF nº 30, página 17, de 11/02/99, que nomeou GERALDO PEREIRA DA SILVA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-10, de Chefe do Serviço de Topografia, da Administração Regional de Brasília, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais da Secretaria de Governo do Distrito Federal,

Onde se lê: ..., nomear GERALDO PERREIRA DA SILVA, ...
Leia-se : .... nomear GERALDO PEREIRA DA SILVA, ...

No Decreto de 10/02/99, publicado no DODF nº 30, de 11/02/99, pág. 19, que nomeou GERALDO JOSÉ MASSOTE DE GODOY, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente, Símbolo DFA-05, do Gabinete do Secretario, da Secretaria de Administração
onde se lê: Assessoria do Gabinete...
leia se: Assessoria de Programação e Acompanhamento do Gabinete da ...

No Decreto de 11/02/99, publicado no DODF nº 31, página 07, de 12/02/99, que nomeou SILVIA CRISTINA SBARDELLINI, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessora do Diretor do Departamento de Planejamento do Desenvolvimento Econômico, da Secretaria de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal,

ONDE SE LÊ: ..., da Secretaria de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.
LEIA-SE : .... da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal.

No Decreto de 11 de fevereiro de 1999, publicado no DODF nº 31, página 7, de 12/02/99, que nomeou ANA MARIA ALVES SHIBATTA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-5, de Assistente do Departamento de Assuntos Administrativos da Secretaria de Governo do Distrito Federal,

Onde se lê: .... nomear ANA MARIA SIBATTA, ...
Leia-se : .... nomear ANA MARIA ALVES SHIBATTA

VICE-GOVERNADORIA

ATO DO CHEFE DO GABINETE

ORDEM DE SERVIÇO DE 10 DE FEVEREIRO DE 1999

O CHEFE DE GABINETE DO VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, que lhe confere o art. 24 do Decreto 13.916, de 29 de abril de 1992, combinado com a Portaria de 02 de abril de 1998, publicada no DODF nº 64, de 03 de abril de 1998,resolve:

Mandar Cessar o Pagamento da Gratificação por Encargo em Gabinete, a Partir do dia 05 de fevereiro de 1999, pela função de Assistente, GEG-02, do servidor VALDECI PEREIRA DAMASCENO.

NILTON OLIVEIRA BATISTA

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHOS DOS ORDENADORES DE DESPESAS
Em 9 de fevereiro de 1999

Processo nº 001.271/98 Favorecido: MARIA SANTANA ONOFRE DE PAIVA. R$ 6.326,01 (seis mil, trezentos e vinte e seis reais e um centavo) Objeto: indenização licença gestante Reconhecimento da Dívida pelos Ordenadores de Despesas.

Processo nº 002.055/98 Favorecido: MARISA PERRONE CAMPOS ROCHA. R$ 3.560,46 (três mil, quinhentos e sessenta reais e quarenta e seis centavos) Objeto: Adicional de tempo de serviço. Reconhecimento da Dívida pelos Ordenadores de Despesas.

Processo nº 000.606/99 Favorecido: MARCO ANTÔNIO PEREIRA ERVILHA. R$ 279,73 (duzentos e setenta e nove reais e setenta e três centavos) Objeto: Adicional de férias. Reconhecimento da Dívida pelos Ordenadores de Despesas.

ALÉCIO ALEXANDRE GAZAL
PAULO ROBERTO SOARES

ESTAMOS DEVOLVENDO AO DISTRITO FEDERAL O QUE ESTAVA FALTANDO EM MATERIA DE SEGURANÇA: PULSO.
Secretaria de Segurança Pública Governo do Distrito Federal

CASA MILITAR

PORTARIA DE 11 DE FEVEREIRO DE 1999

O CHEFE DA CASA MILITAR DO GABINETE DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XVIII artigo 36, do Decreto nº 15.064, de 24 de setembro de 1993, e, em razão da excepcionalidade de que trata o artigo 2º do Decreto nº 20.011, de 20 de janeiro de 1999, já reconhecida por sua Excelência o Senhor Governador do Distrito Federal, resolve:
AUTORIZAR o afastamento do Distrito Federal, com destino à cidade de Rio de Janeiro/RJ, do TERCEIRO SARGENTO QPPMC BONFIM DONIZETE DO CARMO e do SOLDADO QPPMC MANOEL PINHEIRO DE SOUZA, no período de 11 a 17FEV99, a serviço do Gabinete do Governador do Distrito Federal

JORGE CEZAR DE ARAUJO CALDAS - TEN CEL QOPM

PORTARIA DE 12 DE FEVEREIRO DE 1999

O CHEFE DA CASA MILITAR DO GABINETE DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 36, inciso X, do Regimento do Gabinete do Governador do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 15.064, de 24 de setembro de 1993, resolve:
NOMEAR os PRIMEIRO TENENTES QOPM CRASSO CÉSAR POMPEU, MAT. 50.294-4, EDUARDO HOLANDA DOS SANTOS, MAT. 50.298-7, da Polícia Militar do Distrito federal, para exercerem a função de Adjunto de Segurança da Divisão de Segurança da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal, bem como CONCEDER o pagamento da Gratificação de Representação Militar, autorizada nos termos do Art. 1º da Lei nº 186, de 22 de novembro de 1991.
NOMEAR o TERCEIRO SARGENTO QPPMC MARCOS LEITE BEZERRA DA SILVA , MAT. 10.835-9, , da Polícia Militar do Distrito federal, para exercer a função de Assistente Militar da Assessoria para Assunto de Segurança Pública da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal, bem como CONCEDER o pagamento da Gratificação de Representação Militar, autorizada nos termos do Art. 1º da Lei nº 186, de 22 de novembro de 1991.
NOMEAR o CABO QPPMC NORMA BITENCOURT GARCIA, MAT, 15.496-2, e o SOLDADO QPPMC EDMILSON ALVES DE SOUZA, MAT. 12.885-6, da Polícia Militar do Distrito federal, para exercerem a função de Auxiliar Militar do Serviço de Segurança Pessoal da Divisão de Segurança da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal, bem como CONCEDER o pagamento da Gratificação de Representação Militar, autorizada nos termos do Art. 1º da Lei nº 186, de 22 de novembro de 1991.
NOMEAR o SOLDADO QPPMC ITALO ALVES DO NASCIMENTO, MAT. 15.553-5, da Polícia Militar do Distrito federal, para exercer a função de Auxiliar Militar da Divisão Administrativa da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal, bem como CONCEDER o pagamento da Gratificação de Representação Militar, autorizada nos termos do Art. 1º da Lei nº 186, de 22 de novembro de 1991.

JORGE CEZAR DE ARAUJO CALDAS - TEN CEL QOPM

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 FEVEREIRO DE 1999

A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO da Administração Regional do Paranoá - RA VII, constituída pela Ordem de Serviço de 10 de outubro de 1.997 DODF nº 223, pag 9498, resolve:
PUBLICAR o resultado da Avaliação de Desempenho dos servidores abaixo relacionados, referente ao período de 16/10/97 a 15/10/98

MATRÍCULA	NOME	PONTOS	CONCEITO
25.124-0	MÁRCIO ROBERTO CIRINO DE PAIVA	4,90	EXCELENTE
31.266-5	EVA DE SOUZA CURI	5,00	EXCELENTE
33.115-5	ÍRIS COELHO SALGADO	4,90	EXCELENTE
33.312-3	ELIANA APARECIDA DA SILVA	5,00	EXCELENTE
35.480-5	DOMINGOS CARNEIRO DE ALMEIDA	3,90	BOM
38.620-0	EUNICE NUNES DE AZEVEDO	4,00	BOM
38.760-6	ROSÂNGELA DAVI CARVALHO	4,55	EXCELENTE
38.793-2	BRAULITA DIAS GALLO	4,55	EXCELENTE
39.074-7	FRANCISCO LEANDRO CAETANO	4,80	EXCELENTE
39.130-1	HERMINEGENIO RODRIGUES LACERDA	4,80	EXCELENTE
39.242-1	PAULO DE TARSO COELHO VIANA	5,00	EXCELENTE
39.779-2	ANTÔNIO CÂNDIDO PORTELA	3,60	BOM
39.909-4	SEBASTIÃO PEREIRA DOS SANTOS	4,90	EXCELENTE
40.627-9	JANSLER PINHEIRO DE ARAGÃO	3,73	BOM
41.080-2	GUTEMBERG TOSATTE GOMES	4,36	BOM
41.185-X	FLAVIO DE ANDRADE MONTEIRO	3,52	BOM
41.201-5	JACIRA DE ALENCAR ROCHA	4,65	EXCELENTE
41.275-9	GERALDO BRANQUINHO JUNIOR	4,70	EXCELENTE
41.278-3	DAVID AQUINO DOS SANTOS	3,70	BOM
41.286-4	ANA CLAUDIA ALVES DE MEDEIROS	3,70	BOM
42.043-3	DOUGLAS CEZÁRIO CURY	4,60	EXCELENTE
42.831-0	MÁRCIA DE OLIVEIRA LIMA	4,73	EXCELENTE
42.870-1	LUIZ ALVES SANTANA	4,50	EXCELENTE
43.047-1	JOANA PEREIRA SOUZA	3,61	BOM
43.048-X	RAIMUNDA NONATA SOUSA PENHA	4,60	EXCELENTE
43.067-6	REGINA CÉLIA DE SOUZA MELO	3,61	BOM
43.314-4	VERA LÚCIA CRISÓSTOMO DE SOUZA	3,76	BOM
43.394-2	MARIA FRANCISCA DAS NEVES	5,00	EXCELENTE
43.453-1	FRANCISCA BATISTA PAIVA MARINHO	4,90	EXCELENTE
43.505-8	PAULO DE SOUZA CRISÓSTOMO FILHO	4,70	EXCELENTE
43.667-4	CLOTILDE PAYAO CORREIA DE SOUSA	4,70	EXCELENTE
43.748-X	OZELITA MAIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	4,25	BOM
43.983-7	MARIA DO ROSÁRIO RODRIGUES DA SILVA	4,20	BOM
44.912-1	RAIMUNDO CARVALHO SOBRINHO	4,63	EXCELENTE
46.211-X	JURACI SOUZA DE JESUS	4,10	BOM

- O servidor foi avaliado até 17/06/98, quando foi transferido desta Administração.

RUBIM NESTOR BENDER
Administrador

ASSINATURA SEMESTRAL
Retirada no Anexo do Palácio do Buriti
R$ 87,12
Remessa via Correios
R$ 223,08
Anexo do Palácio do Buriti
telefones: (061) 225-7803
316-4137 e 213-6312

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA

ORDEM DE SERVIÇO DE 8 DE FEVEREIRO DE 1999

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento interno e tendo em vista o que dispõe o Decreto nº 13.447, de 17.09.91, modificado pelo Decreto nº 16.955 de 22.11.95, resolve:
MANDAR CESSAR o pagamento do benefício de Indenização de Transporte dos servidores abaixo relacionados, a partir de 04.01.99, tendo em vista a exoneração contida no Decreto nº 19.999 de 02.01.99, publicado no DODF nº 02-A, de 04.01.99.

MATRICULA	NOME	CARGO	Nº PROC.
44.913-X	ANTONIO EVANDI MENDONÇA	DIRETOR DA DRO	135000075/95
49.585-9	CELMO DE ASSIS MONTEIRO	DIRETOR DA DRDLT	135000992/97
90.552-6	EDUARDO BARBOSA MOREIRA	CHEFE DA SFP/DRFOP	135001246/97
45.475-3	HALLER TEIXEIRA SIMÕES JORGE	CHEFE DA SOR/DRO	135000601/97
39.069-9	JOSÉ NERES DE SANTANA	ENCARREGADO DA DRO	135000225/95
90.905-X	JOSÉ RAIMUNDO DOS SANTOS	ENCARREGADO DA DRO	135000179/98
40.676-6	JOSÉ VICENTE REZENDE CARDOSO	DIRETOR DA DRC	135000769/97
49.912-2	LUIZ ALFREDO ARAUJO DE ATHAYDE	DIRETOR DA DRA	135000334/98
45.540-7	NILVIO CESAR GUIMARÃES	CHEFE DA SO/DRDLT	135000214/95
42.738-1	PEDRO PAULO DE OLIVEIRA	CHEFE DA SAP/DRSP	135000674/98
49.993-5	RAIMUNDO COELHO DE BONIS	DIRETOR DA DRFOP	135000992/97
49.636-7	RICARDO ANDRADE VASCONCELLOS	CHEFE DA SCLP/DRO	135000843/98
92.261-7	JOSÉ MOREIRA DA ROCHA	CHEFE DA SP/DRDLT	135001036/98
49.510-7	EDSON ALEXANDRE DA SILVA	ENCARREGADO -SAF-DRSP	135001036/98
91.613-7	MILTON BRAZ DA SILVA	CHEFE DA SAP/DAG	135000875/98

NILTON GONÇALVES GUIMARÃES
Interino

DESPACHO DO DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
Em 11 de fevereiro de 1999

Nos termos do Artigo 87, da Lei nº 8.112/90, e tendo em vista o que dispõe a Orientação Normativa nº 004 de 03.05.94, itens 2.1.1.1 e 2.3, que trata da Licença-Prêmio por Assiduidade,
INTERESSADO: ALDA MARTINS FAUSTINO
MATRICULA...: 25.416-9
CANCELAR a Licença-Prêmio por Assiduidade da servidora, no período de 03.02.99 a 04.03.99 (30 DIAS), referente ao segundo quinquênio, publicada no DODF nº 08 de 12.01.99, pg. 07 e 08.

ROSIMARY SOARES DE ARAÚJO
Interino

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA DE 12 DE FEVEREIRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto nos artigos 81, inciso VI, e 91, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:
Excluir da Portaria de 16 de dezembro de 1998, publicada no DODF nº 239, de 17.12.98, página 65, que concedeu Licença para Tratar de Interesse Particular a diversos servidores, o nome de ISMAR BATISTA CARNEIRO JÚNIOR, matrícula n.º 46.273-X, Fiscal de Obras, 3ª Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal do DF, lotado na Região Administrativa de Brazlândia – RA IV.

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 10, de 25.1.99, republicada no DODF nº 22, de 1.2.99: Seção II, pág. 21, onde se lê: Processo nº 030.009.863/98, leia-se: Processo nº 082.011.743/96.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA

INSTRUÇÕES DE 11 DE FEVEREIRO DE 1999

A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições regimentais e tendo em vista a competência que foi delegada pelo Artigo 2º, Inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, resolve:

01.**Conceder** nos termos dos Artigos 215, 217, item I, alínea "a", e item II, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **Pensão Vitalícia** a MARILUCE CARVALHO FERNANDES SOBREIRA, viúva, e **Temporária** a RAFAEL CARVALHO SOBREIRA ROLIM e RAHYSSA BRANDÃO SOBREIRA ROLIM, filhos do ex-servidor ARDISON SOBREIRA ROLIM, matrícula nº 85.459-X, no cargo de Professor, Nível 03, Classe única, Padrão 25I, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 28 de dezembro de 1998. Processo nº 082.000092/99.

01.**Conceder** nos termos dos Artigos 215, 217, item I, alínea "a", e item II, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **Pensão Vitalícia** a CLÉLIA NINA FONSECA FERREIRA DOS REIS, viúva, e **Temporária** a ANA CAROLINA FERREIRA DOS REIS, ANA CRISTINA FERREIRA DOS REIS, ANA CLARISSA FERREIRA DOS REIS, filhas do ex-servidor ADAILTON SEBASTIÃO DOS REIS, matrícula nº 85.804-8, no cargo de Professor, Nível 03, Classe única, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 13 de janeiro de 1999. Processo nº 082.000932/99.

01.**Conceder** nos termos dos Artigos 215, 217, item I, alínea "a", e item II, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **Pensão Vitalícia** a IRANY DOS SANTOS MACHADO, viúva, e **Temporária** a SAULO AFONSO DOS SANTOS MACHADO e SÂMELLA AFONSO DOS SANTOS MACHADO, filhos do ex-servidor JOSÉ AFONSO MACHADO, matrícula nº 80.116-X, no cargo de Especialista de Assistência à Educação/Apoio Técnico Administrativo, Classe especial, Padrão VI, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 09 de janeiro de 1999. Processo nº 082.000711/99.

Tornar sem efeito a Instrução de 27 de janeiro de 1993, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal do dia 01 de fevereiro de 1993, que retificou a aposentadoria de RIVADÁVIA SARAIVA, matrícula nº 87.480-9, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal. Processo nº 082.010994/92.

Retificar a Instrução de 07 de dezembro de 1998, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 233, do dia 09 de dezembro de 1998, que concedeu aposentadoria a ELIZA AIRES RIBEIRO, matrícula nº 96.403-4, no cargo de Especialista de Assistência à Educação/Secretário Escolar, Classe especial, padrão VI, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, para considerar as vantagens do Artigo 8º, da Lei nº 8.911, de 12 de julho de 1994, revogada pelo Artigo 1º, da lei nº 1.004, de 11 de janeiro de 1996, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 082.016968/98.

Retificar a Instrução de 05 de agosto de 1998, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 149, do dia 07 de agosto de 1998, que concedeu aposentadoria a OLENI VIEIRA LUCAS BRAGA, matrícula nº 74.336-4, no cargo de Professor, Classe única, Nível 01, Padrão 25D, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, para considerar o Artigo 3º, da Lei nº 8.911, de 12 de julho de 1994, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 082.005422/98.

A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, considerando o disposto no parágrafo 1º, artigo 13 do Decreto 16.098/94 e o constante do Processo nº 082.015655/98, resolve:
Designar KARENINA MARIA FERREIRA PORTO MONTEIRO IGREJA MUHLHOFER, matrícula nº 36.894-6, como executor interno do Contrato nº 149/98, firmado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Poliedro Informática Consultoria e Serviços Ltda.

MARISTELA DE MELO NEVES MENDES

DESPACHOS DA DIRETORIA

REFERÊNCIA: REG. Nº 137447/98; INTERESSADA: VERA LÚCIA DA S. OLIVEIRA; ASSUNTO: CARGA HORÁRIA EVENTUAL.
Concedo, em caráter excepcional, a Carga Horária Eventual à servidora VERA LÚCIA DA S. OLIVEIRA, matrícula nº 32.402-7, para fins de regularização financeira, pelo período de 03.11.98 a 17.11.98, considerando o disposto no despacho da Escola Classe 04 de Planaltina.

REFERÊNCIA: MEM Nº 1329/98; INTERESSADA: MARIA DO SOCORRO DA ROCHA; ASSUNTO: CARGA HORÁRIA EVENTUAL.
Concedo, em caráter excepcional, a Carga Horária Eventual, à servidora MARIA DO SOCORRO DA ROCHA, Especialista de Educação, matrícula nº 34.176-2, para fins de regularização financeira, pelo período de 19.10.98 a 19.11.98, considerando o disposto no despacho da DRE/Gama, datado de 04/12/98.

PROCESSO Nº:082.016052/96; INTERESSADA: LIZZIE ANDRÉA MACHADO SILVA; ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES.
Autorizo, a alteração no prazo da Licença para Tratar de Interesses Particulares, prevista no artigo 91, da Lei 8.112/90, relativamente a servidora LIZZIE ANDRÉA MACHADO SILVA, Especialista de Assistência à Educação/Apoio Técnico Administrativo, matrícula nº 24.819-3, pelo período de 01/02/97 a 31/01/2000, nos termos do parágrafo 3º do art. 5º da Lei 1.864 de 19/01/98 e Ofício Circular nº 09/98-SRH/SEA.

MARISTELA DE MELO NEVES MENDES

DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

ORDEM DE SERVIÇO DE 10 DE FEVEREIRO DE 1999.

O DIRETOR DA DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, e ainda o contido no Artigo 97, Inciso III, alínea b, Lei 8.112/90, resolve:
Conceder Licença Nojo ao servidor JANIEL RODRIGUES MENEZES, matrícula 53.458-7, no período de 01/02/99 a 08/02/99.

MANOEL CARNEIRO DE MENDONÇA NETO

DIVISÃO DE PESSOAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE JANEIRO DE 1999.

O DIRETOR DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, por delegação de competência conferida pela Instrução n.º 551, de 31.01.96, resolve:
AUTORIZAR a READAPTAÇÃO FUNCIONAL das servidoras abaixo relacionadas, do cargo/especialidade Auxiliar de Educação/Conservação e Limpeza para o cargo/especialidade de Auxiliar de Educação/Serviços Gerais:

- TÂNIA CONCEIÇÃO DOS SANTOS MOREIRA, matrícula n.º 64.031-X, conforme processo 082.000676/99;
- MARIA DO CARMO DE LIMA SABOIA, matrícula n.º 89.860-0, conforme processo 082.000677/99;
- TEREZINHA MARIA DE O. ALMEIDA, matrícula n.º 63.262-7, conforme processo 082.000173/99;
- HELENA NUNES DOS SANTOS, matrícula nº 21.682-8, conforme processo nº 082.000177/99.

AUTORIZAR a READAPTAÇÃO FUNCIONAL da servidora abaixo relacionada do Cargo/Especialidade de Agente de Educação/Serviço de Cozinha para o Cargo/Especialidade de Agente de Educação/Portaria:
- DORALICE DELGADO SILVA, matrícula n.º 69.015-5, conforme processo n.º 082.000673/99.

AUTORIZAR a READAPTAÇÃO FUNCIONAL das servidoras abaixo relacionadas, do cargo/especialidade Auxiliar de Educação/Conservação e Limpeza para o cargo/especialidade de Auxiliar de Educação/Serviços Gerais:

- MARIA CRISTINA MOTTA MOREIRA, matrícula n.º 67.826-0, conforme processo 082.017068/98;
- MARILEIDE SILVA DE AZEVEDO, matrícula n.º 41.295-3, conforme processo 082.016003/98;

SINVAL LUCAS DE SOUZA FILHO

ORDEM DE SERVIÇO DE 3 DE FEVEREIRO DE 1999.

O DIRETOR DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, resolve:
1-Retificar a Ordem de Serviço de 24 de novembro de 1992, publicada no DODF nº 243, de 30 de novembro de 1992, página 09, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade, descontando-se os períodos porventura usufruídos, à MARLY REIS DA ROCHA, matricula nº 94.570-6 , lotado(a) DRE/CEILÂNDIA, conforme se segue:
Onde se lê: 1º quinqüênio: 13.08.74 a 19.08.79
2º quinqüênio: 20.08.79 a 25.08.84
Leia-se: 1º quinqüênio: 13.08.74 a 25.08.79
2º quinqüênio: 26.08.79 a 31.08.84

2-Retificar a Ordem de Serviço de 06 de abril de 1993, publicada no DODF nº 78, de 20 de abril de 1993, página 30, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade, descontando-se os períodos porventura usufruídos, à REGINA LÚCIA DE A. SILVA, matricula nº 95.660-0 , lotado(a) DRE/TAGUATINGA, conforme se segue:
Onde se lê: 1º quinqüênio: 01.04.75 a 03.04.80
2º quinqüênio: 04.04.80 a 03.04.85
Leia-se: 1º quinqüênio: 01.04.75 a 04.04.80
2º quinqüênio: 05.04.80 a 04.04.85

SINVAL LUCAS DE SOUZA FILHO

ORDEM DE SERVIÇO DE 9 DE FEVEREIRO DE 1999.

O DIRETOR DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, resolve:
1-Anular a concessão da Licença Prêmio por Assiduidade, referente ao 1º, 2º e 3º quinqüênios compreendidos entre: 15.02.82 a 18.02.87; 19.02.87 a 18.02.92 e 19.02.92 a 18.02.97, publicados no DODF nº 246, de 29.12.98, à FRANCISCA RIBEIRO IZIDRO, matrícula nº 54.190-7.
2-Anular a concessão da Licença Especial, referente ao 1º decênio, compreendido entre: 15.09.75 a 14.09.85, publicado no DODF nº 26, de 06.02.92, à MARIA DE LOURDES B. MAGALHÃES, matrícula nº 96.758-0.

Conceder Licença-Prêmio por Assiduidade, aos servidores abaixo relacionados nos termos do Artigo 87 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinada com o Artigo 1º da Lei nº 221, de 27 de dezembro de 1991, condicionando o período de gozo aos critérios da Administração, deduzidos os meses porventura usufruídos:
Nome: MARIA JOSÉ DE JESUS SILVA , Matrícula: 93.317-1,
Exercício: DRE/CEILÂNDIA , Quinqüênio(s): 1º 09.11.73 a 08.11.78;
2º 09.11.78 a 08.11.83
Esta concessão anula a anterior, concedida nos termos da Lei nº 1.711/52, publicada no DODF nº 236, de 29.11.91, referente ao 1º decênio.

1-Retificar a Ordem de Serviço de 05 de novembro de 1992, publicada no DODF nº 226, de 06 de novembro de 1992, página 02, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à MARLY REIS DA ROCHA, matrícula nº 94.570-6, lotado(a) DRE/CEILANDIA,conforme se segue:
Onde se lê: 3º quinqüênio: 31.08.84 a 30.08.89
Leia-se: 3º quinqüênio: 01.09.84 a 31.08.89
2-Retificar a Ordem de Serviço de 23 de setembro de 1996, publicada no DODF nº 189, de 27 de setembro de 1996, página 8065, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à MARLY REIS DA ROCHA, matrícula nº 94.570-6, lotado(a) DRE/CEILANDIA, conforme se segue:
Onde se lê: 4º quinqüênio: 31.08.89 a 30.08.94
Leia-se: 4º quinqüênio: 01.09.89 a 31.08.94
3-Retificar a Ordem de Serviço de 06 de dezembro de 1996, publicada no DODF nº 240, de 11 de dezembro de 1996, página 10145, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à MARIA CLEUSA LELIS DOS SANTOS, matrícula nº 44.494-4, lotado(a) DRE/TAGUATINGA, conforme se segue:

Onde se lê: 1º quinqüênio: 18.06.91 a 17.06.96
Leia-se: 1º quinqüênio: 08.08.77 a 07.08.82

4-Retificar a Ordem de Serviço de 31 de março de 1993, publicada no DODF nº 72, de 12 de abril de 1993, página 02, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à REGINA LUCIA DE A. SILVA, matrícula nº 95.660-0, lotado(a) DRE/TAGUATINGA, conforme se segue:
Onde se lê: 3º quinqüênio: 04.04.85 a 03.04.90
Leia-se: 3º quinqüênio: 05.04.85 a 04.04.90

5-Retificar a Ordem de Serviço de 25 de julho de 1995, publicada no DODF nº 145, de 28 de julho de 1995, página 20, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à REGINA LUCIA DE A. SILVA, matrícula nº 95.660-0, lotado(a) DRE/TAGUATINGA, conforme se segue:
Onde se lê: 4º quinqüênio: 04.04.90 a 03.04.95
Leia-se: 4º quinqüênio: 05.04.90 a 04.04.95

6-Retificar a Ordem de Serviço de 07 de março de 1994, publicada no DODF nº 60, de 29 de março de 1994, página 28, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à MARIA MEDALHA MEIRELLES ARAUJO, matrícula nº 76.482-5, lotado(a) DRE/SAMAMBAIA, conforme se segue:
Onde se lê: 3º quinqüênio: 08.08.88 a 07.11.93
Leia-se: 3º quinqüênio: 08.08.88 a 07.12.93

7-Retificar a Ordem de Serviço de 19 de janeiro de 1999, publicada no DODF nº 20, de 28 de janeiro de 1999, página 17, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à MARIA MEDALHA MEIRELLES ARAUJO, matrícula nº 76.482-5, lotado(a) DRE/SAMAMBAIA, conforme se segue:
Onde se lê: 4º quinqüênio: 08.11.93 a 07.11.98
Leia-se: 4º quinqüênio: 08.12.93 a 07.12.98

8-Retificar a Ordem de Serviço de 29 de novembro de 1993, publicada no DODF nº 244 de 06 de dezembro de 1993, página 20, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à ALAIDE ARAUJO DE MORAES, matrícula nº 74.288-0, lotado(a) DRE/GAMA, conforme se segue:
Onde se lê: 1º quinqüênio: 04.08.88 a 03.08.93
Leia-se: 3º quinqüênio: 09.01.88 a 08.01.93

9-Retificar a Ordem de Serviço de 07 de março de 1994, publicada no DODF nº 60, de 29 de março de 1994, página 28, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à MARIA JOSÉ DE JESUS SILVA, matrícula nº 93.317-1, lotado(a) DRE/CEILANDIA, conforme se segue:
Onde se lê: 1º quinqüênio: 08.11.83 a 07.11.88
2º quinqüênio: 08.11.88 a 07.11.93
Leia-se: 3º quinqüênio: 09.11.83 a 08.11.88
4º quinqüênio: 09.11.88 a 08.11.93

10-Retificar a Ordem de Serviço de 19 de janeiro de 1999, publicada no DODF nº 20, de 28 de janeiro de 1999, página 17, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à MARIA JOSÉ DE JESUS SILVA, matrícula nº 93.317-1, lotado(a) DRE/CEILANDIA, conforme se segue:
Onde se lê: 3º quinqüênio: 08.11.93 a 07.11.98
Leia-se: 5º quinqüênio: 09.11.93 a 08.11.98

11-Retificar a Ordem de Serviço de 24 de agosto de 1992, publicada no DODF nº 175, de 28 de agosto de 1992, página 16 e 21, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à MARIA AUGUSTA RIBEIRO, matrícula nº 94.799-7, lotado(a) DRE/TAGUATINGA, conforme se segue:
Onde se lê: 2º quinqüênio: 05.09.79 a 18.09.84
3º quinqüênio: 19.09.84 a 18.09.89
Leia-se: 2º quinqüênio: 05.09.79 a 20.09.84
3º quinqüênio: 21.09.84 a 20.09.89

12-Retificar a Ordem de Serviço de 09 de junho de 1997, publicada no DODF nº 110, de 12 de junho de 1997, página 4.221, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à MARIA AUGUSTA RIBEIRO, matrícula nº 94.799-7, lotado(a) DRE/TAGUATINGA, conforme se segue:
Onde se lê: 4º quinqüênio: 19.09.89 a 18.09.94
Leia-se: 4º quinqüênio: 21.09.89 a 20.09.94

Conceder Licença-Prêmio por Assiduidade, nos termos do Artigo 87 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinada com o Artigo 1º da Lei nº 221, de 27 de dezembro de 1991, aos servidores abaixo relacionados:
Nome: ALAÍDE ARAÚJO DE MORAES Matrícula: 74.288-0 ,
Exercício: DRE/GAMA , Quinqüênio(s): 1º 02.01.78 a 08.01.83;
2º 09.01.83 a 08.01.88.
Esta concessão anula a anterior, concedida nos termos da Lei nº 1.711/52, publicada no DODF nº 119, de 21.06.91, referente ao 1º decênio.

SINVAL LUCAS DE SOUZA FILHO

ORDEM DE SERVIÇO DE 10 DE FEVEREIRO DE 1999.

O DIRETOR DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇAO EDUCACIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, resolve:
Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, nos termos do Artigo 87 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinada com o Artigo 1º da Lei nº 221, de 27 de dezembro de 1991, aos servidores abaixo relacionados:

FRANCILENE MARIA DE OLIVEIRA	21.040-4	DRE/GUARA	1º 22.09.93 a 21.09.98
OZAIR HENRIQUE SILVA	21.221-0	DRE/N.BANDEIRANTE	1º 04.10.93 a 03.11.98
KARLA NÚBIA DE OLIVEIRA	21.262-8	DRE/N.BANDEIRANTE	1º 06.10.93 a 05.10.98
RENATA BATISTA R. ESPENOZA	21.313-6	DRE/CEILANDIA	1º 04.11.93 a 03.11.98
CLÉCIA ANA A. S. NASCIMENTO	23.831-7	DRE/GAMA	1º 30.06.93 a 29.06.98
MARIA DA ANUNCIAÇÃO C. F. FERREIRA	26.465-2	DRE/N.BANDEIRANTE	1º 28.04.93 a 27.05.98
NORMA LÚCIA F. C. LIMA	34.088-X	DRE/SOBRADINHO	4º 12.09.93 a 11.09.98
YEDA DE JESUS A. ESTRELA	36.332-4	DRE/GAMA	1º 07.01.93 a 06.01.98
MARTHA EMELIA B. DE BRITO	36.376-6	DRE/SAMAMBAIA	1º 30.06.93 a 29.06.98
GERALDA FLORINHA DE S. O. LEITÃO	40.070-X	DRE/N.BANDEIRANTE	1º 14.03.90 a 13.05.95
LÚCIA TEREZA S. DE MORAES	48.573-X	DRE/SOBRADINHO	1º 18.03.93 a 17.04.98
LÚCIA MARIA DOS SANTOS	48.650-7	DRE/CEILANDIA	1º 22.04.93 a 21.04.98
MARIA ZELMA V. LIMA	48.808-9	DRE/GAMA	1º 06.04.93 a 05.04.98
MARIA DA CONCEIÇÃO M. SILVA	48.947-6	DRE/PARANOA	1º 19.04.93 a 18.04.98
MARCIA SUZANA DIAS	49.021-0	DRE/PP-CRUZEIRO	1º 22.04.93 a 21.08.98
ELIMAR TELES FARIA	49.201-9	DRE/SOBRADINHO	1º 28.04.93 a 27.04.98
DANIEL DIAS MARQUES	49.353-8	DRE/CEILANDIA	1º 04.05.93 a 03.06.98
AUREO SIMÃO ALVES	49.398-8	DRE/CEILANDIA	1º 06.05.93 a 05.05.98
MAJORYE APARECIDA DE SABÓIA	49.433-X	DRE/SOBRADINHO	1º 07.05.93 a 06.05.98
ADONEUDO Q. DA CUNHA	49.481-X	DRE/CEILANDIA	1º 11.05.93 a 10.06.98
PROFÍRIO ITACARAMBY DE ALMEIDA	49.532-8	DRE/PP-CRUZEIRO	1º 12.05.93 a 11.06.98
GELZIMAR GUIMARAES C. BORGES	49.689-8	DRE/SOBRADINHO	1º 20.05.93 a 19.05.98
MARIA DA GLORIA MARTINS	49.787-8	DRE/PARANOA	1º 31.05.93 a 30.05.98
MARIA LUIZA C. DA PAZ	49.875-0	DRE/SOBRADINHO	1º 23.06.93 a 22.06.98
MARILDA LOWSON SIQUEIRA	55.532-0	DRE/PP-CRUZEIRO	3º 19.08.92 a 18.08.97
PAULO SERGIO L. ALVES	56.298-X	DRE/PP-CRUZEIRO	1º 08.02.83 a 11.02.88 2º 12.02.88 a 11.02.93
ANTONIO MANOEL DUARTE	56.529-6	DRE/PP-CRUZEIRO	3º 18.02.93 a 17.02.98
MARIA DO CARMO L. DA SILVA	58.064-3	DRE/SANTA MARIA	3º 18.08.93 a 17.08.98
JAQUELINE C. VIEIRA	64.870-1	DRE/PP-CRUZEIRO	1º 17.03.87 a 18.09.92 2º 19.09.92 a 18.09.97
IVONE JUSTINO DE FRANÇA	65.764-6	DRE/CEILANDIA	2º 10.08.93 a 09.08.98
DENISE PEREIRA	65.802-2	DRE/N.BANDEIRANTE	2º 12.08.93 a 11.08.98
MARIA DAS DORES B. E. BORGES	74.083-7	DRE/TAGUATINGA	4º 17.08.93 a 16.08.98
MARIA IRACI C. QUARESMA	74.494-8	DRE/BRAZLANDIA	4º 09.01.93 a 08.01.98
REGINA A. SOARES	76.429-9	DRE/CEILANDIA	4º 06.08.93 a 05.08.98
FRANCISCA V. DIAS	76.993-2	DRE/TAGUATINGA	2º 16.10.93 a 15.10.98

SINVAL LUCAS DE SOUZA FILHO

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE BRAZLÂNDIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 6 DE JANEIRO DE 1999

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE BRAZLÂNDIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução 619, de 08 de agosto de 1997, resolve:
Considerando o contido no procedimento sindicante disciplinar nº **082-018656/98**, instaurado contra JURACI CANDIDO DA SILVA, matrícula nº 79.382-5, aplicar-lhe a pena disciplinar de **ADVERTÊNCIA**, nos termos do art.127, I, da Lei nº 8.112/90, por ter infringido o disposto no art. 116, III e XI, da lei supra e o item XV, letra "f", do Código de Ética do Servidor Público.

MARIA HELENA FERREIRA AMORIM

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE CEILÂNDIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 5 DE FEVEREIRO DE 1999

O DIRETOR DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE CEILÂNDIA, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista o que dispõe o artigo 7º do decreto 14413, de 25 de novembro de 1992, e no uso das atribuições que lhe confere a Instrução nº 551, de 31/01/96, resolve:
Conceder o regime de tempo integral e dedicação exclusiva ao magistério -TIDEM - aos servidores abaixo relacionados:
MÁRCIA TEIXEIRA DE ASSIS, matrícula 37.776-7, Chesp 2906/99 autorizada em 10/12/98, a partir de 10/12/98.

ALCIDES CORRÊA.

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO NÚCLEO BANDEIRANTE

ORDEM DE SERVIÇO DE 4 DE FEVEREIRO DE 1999

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO PLANO PILOTO E DO CRUZEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 555, de 05 de março de 1996, considerando o disposto no Decreto nº 18.445, de 15 de julho de 1997, resolve:.
Designar os servidores abaixo relacionados, para substituir o Titular do Cargo em Comissão, a seguir especificado:
NOME: GILSON RENATO MENDONÇA MELO, matrícula nº 30.786-6, Cargo em Comissão de Chefe de Secretaria do C. Ed. Lago, Símbolo 06, no período de 10/02/99 a 11/03/99, por motivo de férias.
NOME: YARA KARLA TEIXEIRA SARAIVA, matrícula nº 67.693-4, Cargo em Comissão de Chefe de Secretaria do GISNO, Símbolo 06, no período de 09/02/99 a 10/03/99.

NILZA ALVES TEIXEIRA LIMA

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO PARANOÁ

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE JANEIRO DE 1999

O DIRETOR DA REGIONAL DE ENSINO DO PARANOÁ , no uso de suas atribuições conferidas pela Instrução n.º 555 de 31 de janeiro de 1996, e considerando que dispõe o Decreto 18.455/97 que alterou o artigo 2º do decreto 17.603/96, resolve:
Designar MARLY ALBERTINA DA SILVA DUARTE, matrícula n.º 77.701-3, Função SA 401, para substituir o titular da função gratificada, simbolo FG 02, de Diretor da Escola Rural Cachoeirinha, pelo período de 18.01.99 a 16.02.99, por motivo de Férias da Titular.

JADIR SOARES DOS REIS

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SOBRADINHO

ORDEM DE SERVIÇO DE 9 DE FEVEREIRO DE 1999

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SOBRADINHO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, pela Instrução n.º 555, de 04 de março de 1996, tendo em vista o que dispõe no Decreto n.º 18.445, de 15 de julho de 1997, que introduz alteração no Decreto n.º 17.603, de 15 de agosto de 1997, resolve:

Designar MAURA WERLANG, matrícula n.º 28.503-X, Especialista de Assistência à Educação/Apoio Técnico Administrativo, para substituir a Chefe de Secretaria Escolar do Centro Educacional 03 de Sobradinho, símbolo DFG-06, pelo período de 08/03/99 a 07/04/99, pôr motivo de férias regulamentares da titular.

TÂNIA MARIA SALVADOR FERRAZ PAIVA

ORDEM DE SERVIÇO DE 10 DE FEVEREIRO DE 1999

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SOBRADINHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551 de 31 de Janeiro de 1996, e tendo em vista nos termos do Artigo 97, Inciso III, da Lei nº 8.112/90, resolve,
Conceder LICENÇA GALA ao servidor SEBASTIÃO VIEIRA DA SILVA, matrícula 30.878-1, pelo período de 15/01/99 a 22/01/99.

TÂNIA MARIA SALVADOR FERRAZ PAIVA

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE FEVEREIRO DE 1999

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SOBRADINHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551 de 31 de Janeiro de 1996, e tendo em vista o que dispõe nos termos do Artigo 97, inciso III, alínea b, da Lei nº 8.112/90, resolve,
CONCEDER LICENÇA NOJO AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:
Nome: EURÍPEDES LUIZ RAMOS, matrícula 79.593-3, Auxiliar de Educação/Serv.Ob.Civis, pelo período de 13/01/99 a 20/01/99.
NOME: MARTA DE FREITAS, matrícula 55.107-4, Agente de Educação/ Serviço de Cozinha, pelo período de 29/12/98 a 05/01/99.

TÂNIA MARIA SALVADOR FERRAZ PAIVA

SECRETARIA DE SAÚDE

PORTARIA Nº 1, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

1. Compor Grupo Técnico de Trabalho para realização de auditoria, referente a Prestação de Contas do Convênio 002/97, exercício 1997 e 1998, celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e o Instituto Candango de Solidariedade.

2. Ficam designados os profissionais abaixo relacionados para comporem o Grupo Técnico de Trabalho, sob a coordenação do primeiro:

- *MARILZA LONGO CÔRTES*, mat. 124.812-0
- FRANCISCO PEREIRA MARTINS, mat. 111.380-1
- SIMONE FERREIRA DE BRITO, mat. 127.729-4

3. Este grupo terá o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos, a partir desta data.

4. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAULO AFONSO KALUME REIS

PORTARIA DE 11 DE FEVEREIRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e considerando o disposto na Portaria nº 2042 de 14.10.96, resolve:

1. Designar os profissionais abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Acompanhamento de Terapia Renal Substituta:
- MARCELO ANTÔNIO MARTINS ALMEIDA, matrícula 125.277-1-FHDF
- MARIA DA PENHA ALMEIDA BATISTA, matrícula 128.046-5-FHDF
- HILTON CARLOS ROCHA DIAS, matrícula 122.613-4-FHDF
- RAIMUNDO NONATO FERRO DO LAGO FILHO, matrícula 123.114-6-FHDF e
- JOSÉ ANTÔNIO MARTINS, Membro da Associação dos Renais de Brasília.

2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAULO AFONSO KALUME REIS

SECRETARIA DE OBRAS

PORTARIA Nº 4, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Art 1º Designar PAULO VICTOR RADA DE REZENDE para responder como Executor do Convênio 036/91, celebrado entre o Distrito Federal, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, o BRB – Banco de Brasília S.A., a Companhia Energética de Brasília – CEB e a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB, objetivando a implantação do Sistema de Transporte de Massa (metrô) no Distrito Federal, conforme estabelecido na Cláusula Terceira do Quinto Termo Aditivo ao referido Convênio.

Art 2º Validar os atos praticados por LUIZ GONZAGA RODRIGUES LOPES como executor do referido convênio no período de 01 a 28/01/99.

Art 3º Validar os atos praticados por PAULO VICTOR RADA DE REZENDE como executor do referido convênio a partir de 29 de janeiro de 1999.

Art 4º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

TADEU FILIPPELLI

SECRETARIA DE TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE 11 DE FEVEREIRO DE 1999.

O Diretor GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o item VIII, do artigo 66, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.342, de 20 de dezembro de 1993, resolve: Designar ELIANE CAVALCANTE SANTOS, Técnica de Atividades Rodoviárias, matrícula nº 93.776-2, do Quadro de Pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, para responder, sem acumular remuneração, pela Chefia do Núcleo de Rec. Sel. Trein. de Pessoal da Diretoria Administrativa e Financeira, até a nomeação do titular.

Designar ELIÉSIO DA SILVA NUNES, Analista de Atividades Rodoviárias, matrícula nº 94.200-6, do Quadro de Pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, para responder, sem acumular remuneração, pela Gerência de Contabilidade da Diretoria Administrativa e Financeira, até a nomeação do titular.

Designar RONEI FERREIRA DE VASCONCELOS, Técnico de Atividades Rodoviárias, matrícula nº 93.008-3, do Quadro de Pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, para responder, sem acumular remuneração, pela Chefia da Tesouraria da Diretoria Administrativa e Financeira, até a nomeação do titular.

Designar TÂNIA CAETANO DA SILVA, Técnica de Atividades Rodoviárias, matrícula nº 94.095-X, do Quadro de Pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, para responder, sem acumular remuneração, pela Gerência de Pessoal da Diretoria Administrativa e Financeira, até a nomeação do titular.

Designar EDSON ENEDINO DAS CHAGAS, Auxiliar de Atividades Rodoviárias, matrícula nº 94.056-9, do Quadro de Pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, para responder, sem acumular remuneração, pela Encarregadoria de Vigilância I da Diretoria Administrativa e Financeira, até a nomeação do titular.

Designar JOSÉ MORBECK NETO, Auxiliar de Atividades Rodoviárias, matrícula nº 93.804-1, do Quadro de Pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, para responder, sem acumular remuneração, pela Encarregadoria de Almoxarifado I da Diretoria Administrativa e Financeira, até a nomeação do titular.

Designar NILSON MARCOS DOS REIS, Técnico de Atividades Rodoviárias, matrícula nº 92.385-0, do Quadro de Pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, para responder, sem acumular remuneração, pela chefia do Núcleo de Serviços Gerais da Diretoria Administrativa e Financeira, até a nomeação do titular.

Designar IVANILDES LIRA DOUDEMENT, Técnica de Atividades Rodoviárias, matrícula nº 93.705-3, do Quadro de Pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, para responder, sem acumular remuneração, pela chefia do Núcleo de Comunicação e Documentação da Diretoria Administrativa e Financeira, até a nomeação do titular.

Designar ADEMIR FERREIRA DE LIMA, Técnico de Atividades Rodoviárias, matrícula nº 92.284-6, do Quadro de Pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, para responder, sem acumular remuneração, pela chefia do Núcleo de Almoxarifado da Diretoria Administrativa e Financeira, até a nomeação do titular.

Designar ANA HILDA DO CARMO SILVA, Técnica de Atividades Rodoviárias, matrícula nº 94.068-2, do Quadro de Pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, para responder, sem acumular remuneração, pela chefia do Núcleo de Compras da Diretoria Administrativa e Financeira, até a nomeação do titular.

Designar PEDRO PAULO DA SILVA, Técnico de Atividades Rodoviárias, matrícula nº 92.697-3, do Quadro de Pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, para responder, sem acumular remuneração, pela Encarregadoria de Reprografia I da Diretoria Administrativa e Financeira, até a nomeação do titular.

Designar CARLOS GERALDO CAIXETA CRUZ, Analista de Atividades Rodoviárias, matrícula nº 94.196-4, do Quadro de Pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, para responder, sem acumular remuneração, pela Chefia da Divisão de Orçamento e Finanças da Diretoria Administrativa e Financeira, até a nomeação do titular.

Designar CÉLIA MARIA SIQUEIRA LEAL, Analista de Atividades Rodoviárias, matrícula nº 93.532-8, do Quadro de Pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, para responder, sem acumular remuneração, pela chefia da Divisão de Material e Serviços da Diretoria Administrativa e Financeira, até a nomeação do titular.

Designar RICARDO FAVA CORSATTO, matrícula nº 94.374-6, do Quadro de Pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito

Federal, para responder, sem acumular remuneração, pela Chefia do Núcleo de Seg. Hig. e Medicina do Trabalho da Diretoria Administrativa e Financeira, até a nomeação do titular.

Designar BALTAZAR HENRIQUE MARIANO DE ALMEIDA, Técnico de Atividades Rodoviárias, matrícula nº 92.894-1, do Quadro de Pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, para responder, sem acumular remuneração, pela Encarregadoria de Zeladoria do Ed. Sede I da Diretoria Administrativa e Financeira, até a nomeação do titular.

BRASIL AMÉRICO LOULY CAMPOS

SECRETARIA DE AGRICULTURA

ATO DO CHEFE DE GABINETE

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE FEVEREIRO DE 1999

O CHEFE DO GABINETE DE AGRICULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:
Mandar cessar o pagamento da Gratificação pela Representação de Gabinete, concedida aos servidores **EDUIRSON ALVES DUARTE**, Matrícula Nº 23.244-0, **JOSÉLIA OLIVEIRA DA SILVA**, Matrícula Nº 33.000-0, **GISLEIDE MARIA DA COSTA**, Matrícula Nº 33.760-9, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, na Categoria de Assistente do Gabinete e **MARIA LÚCIA IDELFONSO FERREIRA**, Matrícula Nº 39.226-X, na categoria de Auxiliar de Gabinete desta Secretaria de Agricultura.

MÁRIO SÉRGIO BOAVENTURA DE SÁ

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA DE 28 DE JANEIRO DE 1999.

O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foi delegada pelo artigo 1º, inciso I, alínea "c", do Decreto nº 15.740, de 23 Jun 94, c/c os artigos 80, 82, do Estatuto do CBMDF, aprovado pela Lei nº 7.479, de 02 de Jun 86, resolve:
1) - REVERTER ao respectivo Quadro, a contar de 04 Jan 99, o Coronel BM MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA PINTO, Mat. 00101-5, do Quadro de Oficiais Combatentes do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, de acordo com o artigo 81, do Estatuto do CBMDF, aprovado pela Lei n.º 7.479, de 02 Jun 86, por ter sido exonerado do Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE – 05, de Chefe da Casa Militar Adjunto do Gabinete do Governador do Distrito Federal, conforme Decreto 20.000, de 02 de janeiro de 1999, publicado no DODF n.º 2-A, de 04 Jan 99;
2) - AGREGAR ao respectivo Quadro, a contar de 27 Jan 99, o Major BM VANDERLEI FARIA, Mat. 02857-6, do Quadro de Oficiais Combatentes do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, de acordo os artigos 78, § 1º, alínea "a" e 79, do Estatuto do CBMDF, aprovado pela Lei n.º 7.479, de 02 Jun 86, por ter sido autorizado a passar à disposição da Casa Militar da Presidência da República, conforme acha-se publicado no DODF n.º 20, de 28 Jan 99, pág. n.º 13.

BENJAMIM FERREIRA BISPO - CEL QOBM/COMB

POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA GERAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 9 DE FEVEREIRO DE 1999

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 3, alínea "a" da Portaria nº 034/93-SSP, de 21.06.93, resolve:

1 - Dispensar o Escrivão de Polícia JOEL FERREIRA BARBOSA E SILVA, matrícula nº 46.760-X, de exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe da Seção de Informática/33ª DP/CPC/PCDF.

2 - Designar o Escrivão de Polícia JOEL FERREIRA BARBOSA E SILVA, matrícula nº 46.760-X, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe do Cartório/1ª DP/CPG/PCDF.

3 - Designar o Agente de Polícia AMILTON DOMÍCIO DA SILVA, matrícula nº 24.501-1, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe da Seção de Investigações Criminais/1ª DP/CPC/PCDF.

4 - Dispensar o Agente de Polícia AMILTON DOMÍCIO DA SILVA, matrícula nº 24.501-1, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe da Seção de Investigações Criminais/33ª DP/CPC/PCDF

5 - Dispensar o Agente de Polícia RONALDO MENDES FIGUEIREDO, matrícula nº 31.492-7, de exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe da Seção de Acidentes de Veículos/33ª DP/CPC/PCDF.

6 - Designar o Agente de Polícia o Agente de Polícia RONALDO MENDES FIGUEIREDO, matrícula nº 31.492-7, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe da Seção de Acidentes de Veículos/1ª DP/CPC/PCDF.

7 - Dispensar o Agente de Polícia JOSÉ ILMO PIRES FACUNDO, matrícula nº 31.601-6, de exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe da Seção de Vigilância/33ª DP/CPC/PCDF.

8 - Designar o Agente de Polícia JOSÉ ILMO PIRES FACUNDO, matrícula nº 31.601-6, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe da Seção de Vigilância/1ª DP/CPC/PCDF.

9 - Designar o Técnico de Administração Pública CARLOS ROBERTO ALVES LÚCIO, matrícula nº 23.345-5, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFA-02, de Chefe da Seção de Apoio Administrativo/1ª DP/CPC/PCDF.

LAERTE RODRIGUES DE BESSA

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

DESPACHO DA DIRETORA
Em 9 de fevereiro de 1999

PROCESSO: 081.002635/98
INTERESSADO: ADÃO DA COSTA SANTOS e OUTROS
ASSUNTO: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA
Tendo em vista o constante dos autos e o disposto na Lei nº4.320/64, combinado com os Artigos 80 e 81 do Decreto 16.098/94 e a competência expressa no inciso I do Art. 38 e incisos II e IV do Art. 39, também do citado diploma legal, RECONHEÇO A DÍVIDA, autorizo a realização da despesa, emissão de Empenho na Fonte 100, Elemento 31.90.92, Atividade 85020013, e o respectivo pagamento no valor de R$5.641,23 (cinco mil, seiscentos e quarenta e um reais e vinte e três centavos) em favor do servidor Adão da Costa Santos e Outros, referente a pagamento de progressão funcional dos servidores desta Fundação.
Publique-se e remeta-se ao DAG/FCDF para as devidas providências.

MARIA LUIZA DORNAS

SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

PORTARIA DE 12 DE FEVEREIRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL - interino -, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 19.875, de 09 de dezembro de 1998, resolve:
Substituir o servidor JAIR CÂNDIDO DA SILVA, matrícula nº 31.111-1, pelo servidor EDILSON FELIPE VASCONCELO, matrícula nº 24.410-4, na Comissão de Habilitação instituída pela Portaria de 28.01.99,publicada no DODF nº 21, de 29.01.99, página 32.

MARCO AURÉLIO MALCHER

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 10, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e, considerando as justificativas apresentadas pela Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar, através do Memorando nº 016/99 – CPSPAD-SLU/DF, de 02.02.99, concernente ao Processo nº 094.001.663/98, resolve:
I – PRORROGAR, por 60 (sessenta) dias, a partir de 06.02.99, o prazo estabelecido na Instrução de Serviço "SLU" nº 224, de 03.12.98, publicada no DODF nº 232, pág. 31 de 08.12.98, para a Comissão apresentar o relatório conclusivo dos seus trabalhos.

LUIZ ANTÔNIO PERES FLORES

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 11, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e, considerando as justificativas apresentadas pela Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar, através do Memorando nº 017/99 – CPSPAD-SLU/DF, de 02.02.99, concernente ao processo nº 094.000.704/98, resolve:
I – PRORROGAR, por 60 (sessenta) dias, a partir de 06.02.99, o prazo estabelecido na Instrução de Serviço "SLU" nº 220, de 03.12.98, publicada no DODF nº 232, pág. 31 de 08.12.98, para a Comissão apresentar o relatório conclusivo dos seus trabalhos.

LUIZ ANTÔNIO PERES FLORES

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 12, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e, considerando as justificativas apresentadas pela Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar, através do Memorando nº 018/99 – CPSPAD-SLU/DF, de 02.02.99, concernente ao processo nº 094.001.179/98, resolve:
I – PRORROGAR, por 60 (sessenta) dias, a partir de 06.02.99, o prazo estabelecido na Instrução de Serviço "SLU" nº 222, de 03.12.98, publicada no DODF nº 232, pág. 31 de 08.12.98, para a Comissão apresentar o relatório conclusivo dos seus trabalhos.

LUIZ ANTÔNIO PERES FLORES

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 13, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e, considerando as justificativas apresentadas pela Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar, através do Memorando nº 019/99 – CPSPAD-SLU/DF, de 02.02.99, concernente ao processo nº 094.000.322/97, resolve:

I – PRORROGAR, por 60 (sessenta) dias, a partir de 06.02.99, o prazo estabelecido na Instrução de Serviço "SLU" nº 216, de 03.12.98, publicada no DODF nº 232, págs. 30/31 de 08.12.98, para a Comissão apresentar o relatório conclusivo dos seus trabalhos.

LUIZ ANTÔNIO PERES FLORES

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 14, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e, considerando as justificativas apresentadas pela Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar, através do Memorando nº 020/99 – CPSPAD-SLU/DF, de 02.02.99, concernente ao processo nº 094.000.703/98, resolve:
I – PRORROGAR, por 60 (sessenta) dias, a partir de 06.02.99, o prazo estabelecido na Instrução de Serviço "SLU" nº 219, de 03.12.98, publicada no DODF nº 232, pág. 31 de 08.12.98, para a Comissão apresentar o relatório conclusivo dos seus trabalhos.

LUIZ ANTÔNIO PERES FLORES

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 15, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e, considerando as justificativas apresentadas pela Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar, através do Memorando nº 021/99 – CPSPAD-SLU/DF, de 02.02.99, concernente ao processo nº 094.000.701/98, resolve:
I – PRORROGAR, por 60 (sessenta) dias, a partir de 06.02.99, o prazo estabelecido na Instrução de Serviço "SLU" nº 217 de 03.12.98, publicada no DODF nº 232, pág. 31 de 08.12.98, para a Comissão apresentar o relatório conclusivo dos seus trabalhos.

LUIZ ANTÔNIO PERES FLORES

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 16, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e, considerando as justificativas apresentadas pela Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar, através do Memorando nº 022/99 – CPSPAD-SLU/DF, de 02.02.99, concernente ao processo nº 094.001.201/98, resolve:
I – PRORROGAR, por 60 (sessenta) dias, a partir de 06.02.99, o prazo estabelecido na Instrução de Serviço "SLU" nº 223, de 03.12.98, publicada no DODF nº 232, pág. 31 de 08.12.98, para a Comissão apresentar o relatório conclusivo dos seus trabalhos.

LUIZ ANTÔNIO PERES FLORES

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 17, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e, considerando as justificativas apresentadas pela Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar, através do Memorando nº 023/99 – CPSPAD-SLU/DF, de 02.02.99, concernente ao processo nº 094.001.178/98, resolve:
I – PRORROGAR, por 60 (sessenta) dias, a partir de 06.02.99, o prazo estabelecido na Instrução de Serviço "SLU" nº 221, de 03.12.98, publicada no DODF nº 232, pág. 31 de 08.12.98, para a Comissão apresentar o relatório conclusivo dos seus trabalhos.

LUIZ ANTÔNIO PERES FLORES

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 18, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e, considerando as justificativas apresentadas pela Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar, através do Memorando nº 024/99 – CPSPAD-SLU/DF, de 02.02.99, concernente ao Processo nº 094.000.702/98, resolve:
I – PRORROGAR, por 60 (sessenta) dias, a partir de 06.02.99, o prazo estabelecido na Instrução de Serviço "SLU" nº 218, de 03.12.98, publicada no DODF nº 232, pág. 31 de 08.12.98, para a Comissão apresentar o relatório conclusivo dos seus trabalhos.

LUIZ ANTÔNIO PERES FLORES

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 19, DE 11 DE FEVEREIRO DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, resolve:
1 – Constituir Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial, com a finalidade de apurar responsabilidades por prejuízos causados ao erário, no âmbito do SLU/DF;
2 - Designar para integrarem a citada Comissão os seguintes servidores ocupantes de cargo efetivo:
2.1 - TITULARES
- EMÍLIO DIAS DE ALMEIDA, matrícula n.º 83.225-1, Presidente;
- JOSEFA SOARES DA COSTA, matrícula n.º 83.464-5;
- CLEIDE DE FÁTIMA FERREIRA, matrícula nº 83.775-X.

2.2 – SUPLENTES
- IVAN RESENDE COUTO, matrícula nº 83.231-6, e
- SILVANI MARÇAL DA SILVA, matrícula n.º 83.158-1, representantes da Associação Recreativa e Cultural dos Servidores da Limpeza Urbana do Distrito Federal - ASLU.

3 - Dispor que a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu Presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros;
4 - Estabelecer que, na ausência do Presidente, a Comissão será presidida por um dos membros titulares, devendo para tanto constar em ata específica;
4.1 - A Comissão reunir-se-á com a presença do Presidente e de dois membros, titulares ou suplentes;
5 – Estabelecer que o relatório conclusivo deverá ser apresentado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação do ato de instauração da Tomada de Contas Especial, para fins de atendimento ao disposto no art. 158 do Regimento Interno do TCDF;
6 - Determinar que o apoio administrativo à Comissão seja prestado pelo Secretário Executivo da Diretoria Geral do SLU/DF;
7 - Fazer cessar os efeitos das Instruções de Serviço "SLU" nºs 098, de 17.05.96, 198, de 11.11.98 e 306, de 30.12.98, publicadas, respectivamente, nos Diários Oficiais do DF de nºs 97, pág. 4135, de 21.05.96, 220, pág. 48, de 19.11.98 e 02, pág. 13, de 04.01.99;
8 - Determinar à Comissão ora constituída a continuidade dos trabalhos relativos aos processos de tomadas de contas especiais anteriormente instauradas;
9 - Esta Instrução de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO PERES FLORES

DIRETORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 8, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1999

O Diretor Administrativo- Financeiro do SLU/DF, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o artigo 197 da Lei nº 8.112/90, resolve CONCEDER SALÁRIO-FAMÍLIA aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	MATRÍCULA	DEPENDENTE	DATA DE NASCIMENTO	A PARTIR DE
Nilson de F. Taguatinga	80.241-7	Joyce F. de França	23.01.99	27.01.99
Expedito R. de Mesquita	80.964-0	Bruno F. Ribeiro de Melo	31.01.99	03.02.99
Antonio Alves Machado	82.025-3	Elizabeth M. Machado	09.01.99	18.01.99
Gildete de S. Cavalcante	82.895-5	Diógenes de S. Cavalcante	31.12.98	02.02.99
Raimundo N. G. Moreira	83.180-8	Lucas Mendes Moreira	17.01.99	25.01.99
Martin Batista dos Santos	83.505-6	Matheus Viana dos Santos	25.12.98	02.02.99
Anisio Neiva de Sousa	83.523-4	Rafael R. Neiva de Sousa	25.01.99	03.02.99
Nailta Alves Galdino	83.717-2	Letícia Alves Galdino	05.01.99	19.01.99
Ademar Pereira e Silva	83.781-4	Matheus Phellipe e Silva	11.01.99	19.01.99
José Leonardo dos Santos	84.188-9	Igor Vinícius Beserra Dias	18.07.86	19.01.99
José Leonardo dos Santos	84.188-9	Nathália C. Beserra Dias	07.09.87	19.01.99
José Leonardo dos Santos	84.188-9	Matheus L. B. dos Santos	28.03.94	19.01.99

DINISIO ANTONIO DA CRUZ
Respondendo

ORDEM DE SERVIÇO Nº 9, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1999

O Diretor Administrativo-Financeiro do SLU/DF, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que dispõe o artigo 208 da Lei nº 8.112/90, resolve CONCEDER LICENÇA PATERNIDADE aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	MATRÍCULA	DEPENDENTE	DATA DE NASCIMENTO	PERÍODO
Expedito R. de Mesquita	80.964-0	Bruno F. de Mesquita	31.01.99	03.02 a 07.02.99
Antonio Alves machado	82.025-3	Elizabeth M. Machado	09.01.99	18.01 a 22.01.99
Raimundo N. G. Moreira	83.180-8	Lucas Mendes Moreira	17.12.98	17.12 a 21.12.98
Anisio neiva de Sousa	83.523-4	Rafael R. Neiva de Sousa	25.01.99	25.01 a 29.01.99
Ademar Pereira e Silva	83.781-4	Matheus Phellipe e Silva	11.01.99	11.01 a 15.01.99

DINISIO ANTONIO DA CRUZ
Respondendo

ORDEM DE SERVIÇO Nº 10, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1999

O Diretor Administrativo- Financeiro do SLU/DF, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que dispõe o artigo 196 da Lei nº 8.112/90, resolve CONCEDER AUXÍLIO-NATALIDADE aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	MATRÍCULA	DEPENDENTE	DATA DE NASCIMENTO
Nilson de França Taguatinga	80.241-7	Joyce Fernandes de França	23.01.99
Expedito Ribeiro de Mesquita	80.964-0	Bruno F. Ribeiro de Melo	31.01.99
Antonio Alves Machado	82.025-3	Elizabeth Mendes Machado	09.01.99
Gildete de Sousa Cavalcante	82.895-5	Diógenes de Sousa cavalcante	31.12.98
Raimundo Neto G. Moreira	83.180-8	Lucas mendes Moreira	17.12.98
Martin Batista dos Santos	83.505-6	Matheus Viana dos Santos	25.12.98
Anisio neiva de Sousa	83.523-4	Rafael R. Neiva de Sousa	25.01.99
Ademar Pereira e Silva	83.781-4	Matheus Phellipe e Silva	11.01.99

DINISIO ANTONIO DA CRUZ
Respondendo

ORDEM DE SERVIÇO Nº 11, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1999

O Diretor Administrativo- Financeiro do SLU/DF, no uso de suas atribuições, e de acordo com o disposto no artigo 97, item III, letra "b", da Lei nº 8.112/90, resolve CONCEDER LICENÇA NOJO aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	MATRÍCULA	PERÍODO
José Antonio Couto	80.258-1	09.01 a 16.01.99
Sebastião Alves de Souza	80.866-0	10.01 a 16.01.99
Raimundo da Silva	80.992-6	25.01 a 01.02.99
Manoel Ferreira Matos	82.068-7	18.01 a 25.01.99
Valdivino Silva Ribeiro	83.097-6	26.01 a 02.02.99
Genolino Rodrigues Ribeiro	83.677-X	25.01 a 01.02.99

DINISIO ANTONIO DA CRUZ
Respondendo

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº116, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1999

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do artigo 68 da Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994,resolve:
Exonerar, a pedido, nos termos do inciso II do artigo 35 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, TEREZA CRISTINA BARRETO BAETA, Analista de Finanças e Controle Externo, Classe Especial, Padrão II, do cargo em comissão de Chefe da Assessoria Técnica, Código TC-CCG-5, do Gabinete do Presidente.

FREDERICO AUGUSTO BASTOS

PORTARIA Nº 117, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1999

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do artigo 68 da Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994, resolve
Nomear, nos termos do inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA, Técnico de Administração Pública-A, 3ª Classe, Padrão IV, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Assessoria Técnica, Código TC-CCG-5, do Gabinete do Presidente.

FREDERICO AUGUSTO BASTOS

SEÇÃO III

ATOS DO PODER EXECUTIVO

CONVÊNIO Nº 2/99

CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA ADMINISTRATIVA QUE FAZ A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, ASSISTIDO PELA SECRETARIA DE TRANSPORTES TERRESTRES E O DISTRITO FEDERAL, ASSISTIDO PELA SECRETARIA DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL, PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE FISCALIZAÇAO, RELATIVAS AOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS, MEDIANTE DESCENTRALIZAÇÃO.

Aos 29 dias do mês de janeiro de 1999, a **União**, por intermédio do **MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**, inscrito no CGC/MF sob o n.º 37.115.342/0032-63, com sede em Brasília/DF, neste ato representado pelo Senhor **Eliseu Padilha**, Ministro de Estado dos Transportes, brasileiro, casado, Advogado, portador do CIC nº 009.227.730-68, com domicílio especial no 6º andar do Bloco "R", da Esplanada dos Ministérios - Brasília/DF, assistido pelo Secretário de Transportes Terrestres, Sr. **Humberto Celso Habbema de Maia**, brasileiro, casado, domiciliado e residente na HIGS 713, Bloco "X", casa 38, em Brasília/DF, portador da CI/RG n.º 615.026 SEP/DF e do CIC/MF nº 221.650.611-72, doravante denominado **STT/MT**, e o **DISTRITO FEDERAL**, inscrito no CGC/MF sob o n.º 00394643/0001-67, com sede em Brasília/DF, neste ato representado pelo seu Governador, Senhor **Joaquim Domingos Roriz**, brasileiro, casado, Administrador de Empresas, portador do CIC nº 004.302.501-34, com domicílio especial no Palácio do Buriti, sito a Praça do Buriti s/n - Brasília/DF, assistido pelo Secretário de Transportes do Distrito Federal, Sr. **Abdala Carim Nabut**, brasileiro, casado, Empresário, residente e domiciliado à SHIS QI. 05, Chácara 97, Lago Sul -Brasília-DF, portador da CI/RG 18966 - SSP/DF e do CIC/MF nº 004.304.041-15, doravante denominado **ST/DF**, observadas as normas da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, do Parágrafo único do Artigo 2º do Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998, Decreto nº 93.872 de 23 de dezembro de 1986, bem como da Instrução Normativa nº O1, de 15.01.97, da STN/MF, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a delegação de competência administrativa, mediante descentralização, **da STT/MT para a ST/DF**, das ações relativas a fiscalização dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, de acordo com o Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998 e suas alterações, bem como suas Normas Complementares e os Acordos Internacionais, enquanto vincularem a República Federativa do Brasil.

CLÁUSULA SEGUNDA
DAS OBRIGAÇÕES DA STT/MT

I. Incumbe a STT/MT:
a - estabelecer as diretrizes que nortearão o exercício das atividades deste Convênio;
b - supervisionar as atividades da ST/DF relativas ao objeto deste Convênio, determinando o seu ajustamento as diretrizes e políticas do Governo Federal;
c - fornecer a ST/DF os dados e informações técnico-operacionais que se fizerem necessárias à fiscalização dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, objeto deste Convênio;
d - credenciar os agentes de fiscalização, ou homologar o ato praticado pela ST/DF nesse sentido, obedecido os critérios definidos em Norma Complementar;
e - interagir com a ST/DF, no sentido de dar o início a processo de planejamento de conjunto de linhas, rotas e freqüências nos casos onde os sistemas interno e externo apresentem superposições, com vista a futura operação integrada.

CLÁUSULA TERCEIRA
DAS OBRIGAÇÕES DA ST/DF

I. Incumbe ao Distrito Federal, por intermédio da ST/DF:
a - proceder a fiscalização dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, nos termos da Cláusula Primeira deste Convênio e de acordo com as determinações da STT/MT;
b - manter a STT/MT continuamente informada das ações fiscalizadoras;
c - aplicar as penalidades em decorrência de infrações à legislação em vigor, com exceção das relativas a cassação do ato de outorga e da declaração de inidoneidade;
d - verificar, se os Terminais Rodoviários, os Pontos de Paradas e os Pontos de Apoio, necessários ao atendimento dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, atendem satisfatoriamente os padrões de higiene, conforto e segurança, apresentando à STT/MT, relatórios de vistoria, quando tais condições não forem, atendidas;
e - manter nos terminais rodoviários, onde se verificam operação de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, postos de atendimento aos usuários de tais serviços;
f - cumprir os procedimentos estabelecidos em Norma Complementar, referente a aplicação, o processamento e a arrecadação das multas por infração decorrentes da operação do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;
g - apresentar a STT/MT, relatórios semestrais das atividades relativas ao objeto deste Convênio, com análise de desempenho das empresas operadoras em função das penalidades aplicadas, objetivando a elaboração de um adequado programa de qualidade para o setor;
h - interagir com a STT/MT, no sentido de dar início a processo de planejamento conjunto de linhas, rotas e freqüências nos casos onde os sistemas interno e externo apresentem superposições, com vista a futura operação integrada.
§ 1º - a ST/DF, com a anuência prévia da STT/MT, poderá subdelegar a entidades ou órgãos da estrutura do Distrito Federal, a pratica das atividades objeto deste Convênio
§ 2º - No caso de infração que enseje a aplicação das penalidades de cassação do ato de outorga ou de declaração de inidoneidade, a ST/DF deverá comunicar a ocorrência a STT/MT, no prazo de 15 (quinze) dias, objetivando a instauração do devido processo legal.

CLÁUSULA QUARTA
DOS RECURSOS FINANCEIROS E ADMINISTRATIVOS

O Ministério dos Transportes poderá repassar recursos orçamentários e financeiros ao Distrito Federal, para o desenvolvimento das atividades objeto deste Convênio, desde que previstos na Lei Orçamentária e mediante celebração de instrumento próprio, na forma da legislação aplicável à espécie.
§ 1º - a transferência de recursos mencionada no item anterior, fica condicionada à efetivação das formalidades legais exigíveis, após a aprovação do Relatório de Atividades previsto no item "f" da Cláusula Terceira deste Convênio.
§ 2º - incumbe a ST/DF, desenvolver as ações administrativas necessárias ao bom andamento das atividades objetivando a aplicação do presente Convênio.

CLÁUSULA QUINTA
DA ÁREA DE ATUAÇÃO

A área de atuação para o desenvolvimento das atividades de fiscalização, objeto deste Convênio, será o Território do Distrito Federal, com aplicação sobre todos os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional passageiros.

CLÁUSULA SEXTA
DA DENÚNCIA

O presente Convênio poderá ser denunciado por mútuo Acordo ou unilateralmente, devendo, neste caso, a parte denunciante formalizar notificação prévia no prazo de 60 (sessenta) dias.
Parágrafo único - Constituem motivos para denúncia deste Convênio a superveniência de ato, fato ou lei, que o torne inviável a conveniência administrativa, ou o inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições, responsabilizando a parte que deu causa a denúncia pelas respectivas indenizações.

CLÁUSULA SÉTIMA
DA VIGÊNCIA

O presente Convênio entrará em vigor na data de sua assinatura, adstrita a sua eficácia à publicação de seu extrato na Imprensa Nacional.

CLÁUSULA OITAVA
DO PRAZO

O presente instrumento terá duração de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado mediante assinatura de termo aditivo correspondente.

CLÁUSULA NONA
DA PUBLICAÇÃO

O presente Convênio deverá ser publicado, em extrato no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Distrito Federal, respectivamente, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data de sua assinatura, observada para esse fim a área de competência de cada entidade conveniada.
E por estarem acordes, as partes firmam o presente Convênio em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo identificadas.

ELISEU PADILHA — **JOAQUIM DOMINGOS RORIZ**
Ministro de Estado dos Transportes — Governador do Distrito Federal
HUMBERTO CELSO HABBEMA DE MAIA — **ABDALA CARIM NABUT**
Secretário de Transportes Terrestres/MT — Secretário de Transportes/DF
TESTEMUNHAS:_____
NOME:
CPF_____
NOME:
CPF

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA

RELAÇÃO DE COMPRAS DE MATERIAIS E SERVIÇOS
JANEIRO/99

A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA, em cumprimento ao disposto no Artigo da Lei nº 886, de 19.07.95, torna pública a relação de compras de materiais e/ou serviços.

MÊS DE JANEIRO/1999

N.E. Nº	MODALIDADE NOME DO CREDOR/ ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001	**INEXIGIBILIDADE BANCO DE BRASÍLIA S/A**				
	Vales – Transporte tipo C	U	1.710	1,20	2.052,00
	Vales – Transporte tipo D	U	44	1,00	44,00
	Vales – Transporte tipo B	U	224	0,60	134,40
002	**RÁPIDO PLANALTINA LTDA** Despesa com Vales – Transporte para servidores que residem em Planaltina-GO ref. Ao mês de Janeiro/99	U	126	0,85	107,10
003	**VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA** Despesa com Vales – Transporte para os servidores que residem em Formosa-GO, ref. Ao mês de Janeiro/99	U	86	2,28	196,08
008	**CEB** Serviços relativos ao consumo de energia elétrica nas áreas públicas da RA-VI no exercício de 1999, Contrato 002/97-CEB, Termo Padrão 06/96.	U	---	---	53.000,00
013	**MATEL-TECNOL.DE TELEINFORMÁTICA S/A – MATEC** Prestação de serviços de gerenciamento, assistência e suporte no sistema telefônico businessphone 128/micro x, de fabricação MATEC, exercício de 1999, cont. 001/98-RA-VI, Termo Padrão 03/93.	U	---	---	2.000,00
	TELEBRASÍLIA CELULAR S.A. Prestação de serviços de telefonia celular através dos aparelhos sob domínio desta Administração Regional.	U	---	---	700,00
014	**TELEBRASÍLIA TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA** Prestação de serviços telefônicos de linhas convencionais, através dos aparelhos instalados em diversos próprios da RA-VI no exercício de 1999.	U	---	---	4.000,00
015					
016	**CAESB** Prestação de serviços de esgoto e fornecimento de água nos próprios				

	sob domínio da RA-VI, no presente exercício.	U	---	---	11.000,00
017	**CEB** Prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica dos próprios e logradouros públicos sob domínio da RA-VI, no presente exercício.	U	---	---	7.000,00
	CONCORRÊNCIA Nº 001/97-CPL-RA-VI **COMPACTA MÁQ.E TERRAPLENAGEM LTDA**				
006	Locação de uma Pá Carregadeira Articulada, capacidade mínima de 1.5 m³ destinada a conservação de áreas urbanizadas e ajardinadas de Planaltina-DF.	U	---	---	6.000,00
	TRANSBARROS TRASNP.E MAT.DE CONST.LTDA.				
007	Locação de 02 (dois) caminhões basculantes trucados caçamba de 12m³ e 01 (um) basculante toco caçamba de 6 m³ dest. A conservação de áreas urbanizadas e ajardinadas de Planaltina-DF.	U	---	---	9.000,00
	DISPENSA DE LICITAÇÃO **CEB**				
009	Prestação de serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva de redes e equipamentos nas áreas públicas da RA-VI.	U	---	---	19.000,00
018	**EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS** Prestação de serviços postais (telegramas, correspondência oficial, sedex, carta registrada, mala direta, etc).	U	---	---	500,00
	TOMADA DE PREÇOS Nº 003/96-CPL-RA-VI **S$A COM.SERV.E REPR.LTDA**				
010	Serviços de manutenção preventiva e corretiva em máquinas de escrever elétricas e eletronicas, calculadoras, mimeógrafo, carimbo datador e gravador de stencil.	U	--	---	1.500,00
	TOMADA DE PREÇOS Nº 004/96-CPL-RA-VI				
011	**TECNOLTA-EQUIP.ELETRÔNICOS LTDA** Locação de uma máquina copiadora, ampliadora e redutora, marca MINOLTA, modelo EP 5400	U	---	---	2.000,00
012	**XEROX DO BRASIL LTDA** Locação de uma máquina copiadora de grandes originais, modelo X-3030.	U	---	---	2.000,00

A ADMINISTRAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA

EXTRATO DE RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº 1/98

PROCESSO Nº 142.000.828/98 - PARTES: DF/RA-XII X COMPACTA MÁQUINAS E TERRAPLANAGEM LTDA. OBJETO: Fica incluído na cláusula oitava a seguinte redação: "O prazo para início das obras e serviços será de até 05 (cinco) dias corridos, contados da data de recebimento da respectiva ordem de serviço." Fica incluído o item 11.4, com a seguinte redação: "A contratada se obriga a manter sua qualificação, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas". VIGÊNCIA: A partir da assinatura. ASSINATURA: 03/12/98. SIGNATÁRIOS: LUIZ ROBERTO VIEIRA, Administrador e RÉGIO LUCIANO ÁVILA DE REZENDE, Sócio.

Of. nº 009/99 - DCC/1ª SPR/PRG/DF.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA

RELAÇÃO DE COMPRAS, OBRAS E SERVIÇOS
JANEIRO/99

A Seção de Orçamento e Finanças da Administração Regional de Santa Maria - RAXIII, em cumprimento ao disposto no Art. 16 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e Lei 938 - DF, torna pública a relação de compras, obras e serviços do mês de janeiro de 1999.

NE	FORNECEDOR/BENS/SERVIÇOS	PREÇOS UNIT.	TOTAL
	DISPENSA		
014	CEB - Companhia Energética de Brasília. despesas com manutenção preventiva e corretiva da rede de iluminação pública de Santa Maria, conforme contrato n.º 02/97 RAXIII.		8.000,00
	INEXIGIBILIDADE		
001	BRB - Banco de Brasília Despesa com aquisição de vale-transporte para servidores da RA XIII, no mês de janeiro/99.		2.756,30
002	Viação Anapolina Ltda. Despesa com aquisição de vale-transporte para servidores da RA XIII, no mês de janeiro/99		338,40
012	CAESB - Companhia de Água e esgoto de Brasília Despesas com água e esgoto dos prédios e próprios da Administração Regional de Santa Maria, no exercício de 1999.		1.000,00
013	CEB- Companhia Energética de Brasília Despesa com o consumo de energia elétrica dos prédios e próprios da RA-XIII, no exercício de 1999.		1.000,00
017	CEB - Companhia Energética de Brasília Despesa com o consumo de energia elétrica da rede de iluminação pública de Santa Maria RA-XIII, conforme contrato n.º 01/97 - RA XIII.		25.000,00
	CONVITE		
015	XEROX DO BRASIL LTDA. Despesa com a locação de máquina mod. X5334, conforme resultado do convite n.º 04/97 e contrato n.º 05/97 - RAXIII.		4.940,00
016	XEROX DO BRASIL LTDA. Despesa com locação de máquina copiadora de engenharia, modelo X3030, conforme resultado do convite n.º 01/97 e contrato nº 04/97 - RAXIII.		3.855,87

A SEÇÃO

SECRETARIA DE FAZENDA

SUBSECRETARIA DA RECEITA
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS

EDITAL Nº 251 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO N° 2.641/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **TMF INDUSTRIA E COM. DE ROUPAS LIMITADA,** inscrição no CF/DF nº 07.344.012/001-82 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 252 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO N° 2.957/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **CONSTRU-LINE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.308.451/001-96 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 253 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO N° 2.640/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **PARALELO 15 EDIÇÕES DE TEXTOS E VIDEO LTDA.,** inscrição no CF/DF nº 07.359.296/001-90

com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 254 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.815/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **HAUS ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.329.666/001-45 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 255 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.441/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **PAPELARIA RITZ COM. E REP. LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.321.577/001-97 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 256 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.442/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **ROBERBRAS COM. REP. IMP. E EXP. LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.327.333/001-81 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 257 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.443/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **ALIMBRAS COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.345.082/001-20 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 258 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.444/98 - DFE, de 28/09/98 contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **DACAR REPRESENTAÇÕES LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.328.705/001-23 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 259 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.862/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **TECH MASTER COM. & REP. LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.347.909/001-21 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 260 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.917/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **LINHA DIRETA VEICULOS E INTERMEDIAÇÕES LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.346.477/001-22 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.916/98 - DFE, de

28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **VIDEOSONIC ELETRONICA E INFORMATICA LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.347.224/001-94 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 262 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.931/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **WW MATERIAIS FOTOGRAFICOS LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.321.142/001-33 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 263 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.929/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **COLIBRI MOVEIS E SERVIÇOS LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.348.151/001-58 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 264 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.944/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **IMPORT HOUSE COM. E REP. LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.341.631/001-51 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 265 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.943/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **LUZIA WAMBURG COM. E IMP. DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.340.986/001-32 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 266 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.525/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **ELLINI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.349.917/001-11 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 267 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.534/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **BEEF SHOP COM. DE PRODUTOS CONGELADOS LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.309.081/002-95 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 268 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.539/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **DROGARIA QI 21 LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.309.599/001-75 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 269 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.821/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido:

MICROMAQ EQUIP. E SERVIÇOS ELETRONICOS LTDA, inscrição no CF/DF nº 07.330.114/001-03 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 270 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.553/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **MVL CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.334.218/001-60 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 271 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.554/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **TERRAFORTE IMOVEIS E CONSTRUÇÕES LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.322.125/001-31 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 272 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.544/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **BERGFELD BREUEL & FERREIRA LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.326.196/001-12 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 273 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.863/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **WAGNER DE SOUZA RIOS,** inscrição no CF/DF nº 07.340.285/001-20 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 274 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.860/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **SOLUTIONS ENGENHARIA E REP. COMERCIAIS LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.354.211/001-14 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 275 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.538/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **ASC AGENCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.319.178/001-03 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 276 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.858/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **ABA INFORMATICA LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.311.837/001-09 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 277 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.959/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **PANIFICADORA E CONFEITARIA CAFÉ E PÃO LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.318.290/001-64

com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 278 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.961/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **HL HYDROLEAL COM. REP. E INSTALAÇÕES LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.313.285/001-56 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 279 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.962/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **ESTAÇÃO DO PÃO-PANIFICADORA E CONFEITARIA LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.328.048/001-14 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 280 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.937/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **REUTHER COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.315.279/001-89 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 281 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.939/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **ABROAD-INPORT EXP. COM. IND. REP. LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.356.372/001-33 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 282 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.826/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **VOVO IRMA HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.349.295/001-12 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 283 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.827/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **LEO SANTOS GENERAL MARKETING LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.350.395/001-25 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 284 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.811/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **SUPERFARMA MEDIC. E PERFUMARIA LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.308.054/001-05 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 285 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº

657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇAO N° 2.812/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **ELETRICA E INSTALADORA VOLTRON LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.321.194/001-73 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação toma o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 286 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO N° 2.813/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **BEM COMBINADA COM. E REP. DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.344.254/001-49 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação toma o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 287 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO N° 2.817/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **MARIA ISABEL NORONHA DOS SANTOS CONFECÇÃO DE ROUPAS,** inscrição no CF/DF nº 07.326.027/001-19 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação toma o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 288 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO N° 2.818/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **PHD ELETRONICA LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.363.114/001-38 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação toma o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 289 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO N° 2.819/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **PANTHEON CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.311.586/001-63 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação toma o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 290 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO N° 2.820/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **M & R COM. DE EQUIP. ELET. E IMP. LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.341.876/001-89 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação toma o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 291 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO N° 2.551/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **JG EMPREENDIMENTOS DIVERSOES E EVENTOS LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.350.193/001-47 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação toma o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 292 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO N° 2.552/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **FIORELLA CONFEITARIA E SORVETERIA LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.336.634/002-10 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação toma o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 293 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.531/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **AJMS COM. E REP. DE PROD. ALIMENTICIOS LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.311.608/001-40 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 294 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.868/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **EDAL EMPRESA DIST. DE ALIMENTOS LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.311.483/002-48 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 295 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.866/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **MULT TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.338.022/001-18 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 296 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.865/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **JUMP INFORMATICA LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.337.271/001-31 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 297 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICO A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.756/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **DMJ COM. DE EMBALAGENS PARA RESTAURANTE LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.330.743/001-06 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa, deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 298 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 19 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICO A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.755/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **GRAFICARD IDENTIFICAÇÕES LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.321.694/001-50 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa, deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 299 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 26 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICO A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.062/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **JOSE ROBERTO OLIVIERI,** inscrição no CF/DF nº 07.319.512/001-48 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa, deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

EDITAL Nº 300 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 26 DE JANEIRO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICO A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.028/98 - DFE, de 28/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **ALEXSANDER CALÇADOS LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.375.181/001-66 com a seguinte descrição: Deixou de comunicar alteração nos dados fornecidos ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, infração constatada pela não localização do estabelecimento no endereço autorizado. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – Art. 27. Multa: Art. 372, I, . Dec. 16.128/94 – Art. 15.Multa: Art.95,IV.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	113,23
TOTAL (R$)	113,23
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos).	

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima. Além de recolher a multa, deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição, conforme o caso em que se enquadre. Se a descrição acima não corresponder à realidade, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da sua circunscrição fiscal. A não manifestação torna o contribuinte REVEL. (Auditor Autuante: Giovani Leal da Silva mat.: 25.243-3).

LUIZ CARLOS DE SOUZA LOPES

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 46/95

Processo: 082.016386/91 - Partes: **FEDF X EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - EMATER** - Ass.: 28.12.98 - Vigência: 31.12.99 - Objeto: Prorrogar até 31.12.99, o prazo de vigência do Convênio nº 46/95, firmado entre as partes acima mencionadas - Assinantes: p/ FEDF: **Jacy Braga Rodrigues** p/ EMATER: **Reinaldo Pena Lopes**.

AVISO DE RETIFICAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 1/99

A Comissão Permanente de Licitação da Fundação Educacional do Distrito Federal comunica aos interessados que o Aviso de Licitação publicado no DODF dia 12.02.99 referente a Concorrência em epígrafe saiu com incorreção.
Onde se lê: " ... Abertura: 15.03.99 às 10:00 horas";
Leia-se: " ... Abertura: 26.03.99 às 10:00 horas e entrega das amostras dia 17.03.99 das 15:00 às 17:00 horas" e,
Onde se lê: " ... O respectivo Edital ... até o dia 12.03.99..";
Leia-se: " ... O respectivo Edital ... até o dia 15.03.99 ...".

Brasília, 12 de fevereiro de 1999
ANTÔNIO FERREIRA CESAR
Presidente da CPL

AVISO DE REVOGAÇÃO
CONVITE Nº 92/98

A Fundação Educacional do Distrito Federal comunica aos interessados que o Convite nº 092/98 -FEDF foi revogado.

Brasília, 12 de fevereiro de 1999
ANTÔNIO FERREIRA CESAR
Presidente da CPL

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 2/99

A Comissão Permanente de Licitação da FEDF comunica aos interessados que o Resultado de Julgamento da TP nº 002/99, encontra-se afixado no Quadro de Avisos da CPL, no Edifício Sede da FEDF, SGAN 607 Projeção "D" 2º andar, sendo que sagrou-se vencedora a firma Transportes Gerais Botafogo Ltda, com o preço de R$ 0.04 (quatro centavos) por quilo de produto transportado.

Brasília, 12 de fevereiro de 1999
ANTÔNIO FERREIRA CESAR
Presidente da CPL

SECRETARIA DE SAÚDE

INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 4/97 (*)

Processo: 062000216/97 Partes: Instituto de Saúde do DF - ISDF x Philips do Brasil Ltda DA PRORROGAÇÃO: A vigência do contrato em referência, que finda em 31/12/98, fica, a partir dessa data, prorrogada até 24/07/2000. DA DESPESA: O valor do contrato é de R$ 22.602,86 (Vinte e dois mil seiscentos e dois mil e oitenta e seis centavos). As despesas referentes aos exercícios dos anos de 1999 e 2000 correrão à conta de dotações orçamentárias a serem informadas posteriormente, através de assinaturas de Termos aditivos nos moldes do Padrão nº 13/96, aprovado pelo Decreto nº 17.701/96. DA VIGÊNCIA: O presente termo aditivo entrará em vigor a partir de 01/01/99, devendo ser publicado no DODF DATA DA ASSINATURA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO: 09/12/98 DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato em referencia. SIGNATÁRIOS: Pelo ISDF: Mário César Althoff - na qualidade de Diretor/ISDF, pela Contratada: Henrique José Ribeiro Alves – na qualidade de Gerente. TESTEMUNHAS: Markcileide Santos Soares de Souza e Jackson Ulhoa de Moura.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 7/97 (*)

Processo: 062000421/97 Partes: Instituto de Saúde do DF - ISDF x Codyr – Industria, Comércio e representação Ltda. DA PRORROGAÇÃO: A vigência do contrato em referência, que finda em 31/12/98, fica, a partir dessa data, prorrogada até 03/03/2000. DA DESPESA: O valor do contrato é de R$ 560,00 (Quinhentos e sessenta reais). As despesas referentes aos exercícios dos anos de 1999 e 2000 correrão à conta de dotações orçamentárias a serem informadas posteriormente, através de assinaturas de Termos aditivos nos moldes do Padrão nº 13/96, aprovado pelo Decreto nº 17.701/96. DA VIGÊNCIA. O presente termo aditivo entrará em vigor a partir de 01/01/99, devendo ser publicado no DODF. DATA DA ASSINATURA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO: 09/12/98. DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato em referencia. SIGNATÁRIOS: Pelo ISDF: Mário César Althoff na qualidade de Diretor/ISDF, pela Contratada: Dione Rodrigues de Souza na qualidade de Proprietario. TESTEMUNHAS: Markcileide Santos Soares de Souza e Jackson Ulhoa de Moura.

(*) Republicados por terem saído com incorreção, dos originais, no DODF nº 237, de 15-12-98, pág. 47.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

AVISO DE PRORROGAÇÃO
CONVITE Nº 33/99

Processo: 061013957/98
Objeto: Aquisição de HO - CONJ. DET. T3 NÚMERO DE TESTES/outros, total de 20 itens.
A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica a todos os interessados que a abertura da licitação em epígrafe, prevista para o dia 23/02/99, às 14:30 horas, foi **prorrogada** para o dia 03/03/99, às 11:00 horas.

Brasília, 12 de fevereiro de 1999
ALBERTO HERSZENHUT
Presidente da Comissão

RESULTADO DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 15/99

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL , comunica aos interessados na licitação aberta na modalidade de Tomada de Preços 015/99, Proc. 061.013766/98, que o resultado de habilitação das empresas foi o seguinte:
FIRMAS HABILITADAS: 01-NEWCATH COM. IMP. DE PROD. MÉDICOS E HOSP. LTDA; 03-CONTRAST COM. EXP. IMP. E REPRES. LTDA. **FIRMAS INABILITADAS**: 02-SYNCROFILM DISTRIBUIDORA LTDA e 04-AVANCE MEDICAL LTDA, por descumprirem ao item 4.1.7 b.2 e 4.1.7 b.1 do Edital.

Brasília, 12 de fevereiro de 1999
ALBERTO HERSZENHUT
Presidente da Comissão

SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 22/98
PROCESSO Nº 030.010.016/97 - PARTES: DF/SECRAS X ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DO DISTRITO FEDERAL - APAED. OBJETO: Alterar o Plano de Aplicação integrante do presente convênio, mediante inclusão de pagamento de mais um instrutor (monitor) e encargos correlatos. BASE LEGAL: Lei nº 8.666/93, no que couber e, em especial, nos art. 25, caput e art. 116. VIGÊNCIA: A partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado. ASSINATURA: 31.12.98. SIGNATÁRIOS: MARIA JOSÉ VIEIRA FERES, Secretária da Criança e Assistência Social e PAULO RODRIGUES MENDES, Gestor do Fundo de Assistência Social do Distrito Federal e ELPÍDIO ARAÚJO NERIS, Presidente.

Of. 009/99 - DCC/1ª SPR/PRG/DF.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 31/98
PROCESSO Nº 030.000.173/98 - PARTES: DF/SECRAS X INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE - ICS. OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do Convênio nº 31/98. BASE LEGAL: Lei nº 8.666/93, no que couber e, em especial, nos art. 25, caput e art. 116. VIGÊNCIA: Até 31.12.99, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado. ASSINATURA: 31.12.98. SIGNATÁRIOS: MARIA JOSÉ VIEIRA FERES, Secretária da Criança e Assistência Social e GLÓRIA FERREIRA CHEMIN, Presidente.
SPR/PRG/DF.

Of. 009/99 - DCC/1ª

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 14/98

PROCESSO: 101.000.012/98; PARTES: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e a CASA DA CRIANÇA ANA MARIA RIBEIRO - CRIAMAR; OBJETO: a) alterar a CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA constante na Cláusula Quinta do Convênio original, para 1508104862262-0002, Fonte: 104; b) retificar o regime de atendimento constante na Cláusula Primeira do termo original, por ter saído com incorreção: onde se lê "...APOIO SÓCIO EDUCATIVO EM MEIO ABERTO/ABRIGO..." leia-se "...ABRIGO...";ASSINATURA: 11/02/99; VIGÊNCIA: da data da assinatura até 31/12/99; PUBLICAÇÃO: No DODF a expensas da FUNDAÇÃO; SIGNATÁRIOS: P/FUNDAÇÃO: Gustavo Augusto Aurnheimer Ribeiro; P/ENTIDADE: Maria dos Anjos Teixeira.

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 64/96

PROCESSO: 101.002.059/96; PARTES: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e a ASSOCIAÇÃO DE MÃES, PAIS, AMIGOS E REABILITADORES DE

EXCEPCIONAIS - AMPARE; OBJETO: alterar a CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA constante na Cláusula Quinta do Convênio original, para 1508104862262-0002, Fonte: 104; ASSINATURA: 10/02/99; VIGÊNCIA: da data da assinatura até 31/12/99; PUBLICAÇÃO: No DODF a expensas da FUNDAÇÃO; SIGNATÁRIOS: P/FUNDAÇÃO: Gustavo Augusto Aurnheimer Ribeiro; P/ENTIDADE: Fernando Antonio Nogueira de Almeida.

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 3/96

PROCESSO: 101.002.106/96; PARTES: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e a AÇÃO SOCIAL DO PLANALTO; OBJETO: alterar a CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA constante na Cláusula Quinta do Convênio original, para 1508104862262-0001, Fonte: 104; ASSINATURA: 11/02/99; VIGÊNCIA: da data da assinatura até 31/12/99; PUBLICAÇÃO: No DODF a expensas da FUNDAÇÃO; SIGNATÁRIOS: P/FUNDAÇÃO: Gustavo Augusto Aurnheimer Ribeiro; P/ENTIDADE: Idair Senna Bastos.

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 13/95

PROCESSO: 101.002.050/96; PARTES: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e a CASA DE ISMAEL; OBJETO: alterar a CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA constante na Cláusula Quinta do Convênio original, para 1508104862262-0002, Fonte: 104; ASSINATURA: 10/02/99; VIGÊNCIA: Da data da assinatura até 31/12/99; PUBLICAÇÃO: No DODF a expensas da FUNDAÇÃO; SIGNATÁRIOS: P/FUNDAÇÃO: Gustavo Augusto Aurnheimer Ribeiro; P/ENTIDADE: Valdemar Martins da Silva.

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 22/96

PROCESSO: 101.000.225/96; PARTES: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e a RETIMAQ - RETÍFICA DE MÁQUINAS LTDA; OBJETO: alterar a CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA constante na Cláusula Terceira do termo original, para 1500700218501-0016, FONTE: 100; ASSINATURA: 11/02/99; VIGÊNCIA: da data da assinatura até 30/06/99; PUBLICAÇÃO: No DODF a expensas da FUNDAÇÃO; SIGNATÁRIOS: P/FUNDAÇÃO: Gustavo Augusto Aurnheimer Ribeiro; P/CONTRATADA: Wellington Ciqueira de Medeiros.

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 62/96

PROCESSO: 101.002.038/96; PARTES: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e o LAR DA CRIANÇA PADRE CÍCERO; OBJETO: alterar a CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA constante na Cláusula Quinta do Convênio original, para 1508104862262-0002, Fonte: 104; ASSINATURA: 11/02/99; VIGÊNCIA: Da data da assinatura até 31/12/99; PUBLICAÇÃO: No DODF a expensas da FUNDAÇÃO; SIGNATÁRIOS: P/FUNDAÇÃO: Gustavo Augusto Aurnheimer Ribeiro; P/ENTIDADE: Maria da Glória Nascimento de Lima.

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 6/97

PROCESSO: 101.000.805/97; PARTES: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e o SERVIÇO EDUCACIONAL FILANTRÓPICO EVANGÉLICO-SEFE; OBJETO: alterar a CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA constante na Cláusula Quinta do Convênio original, para 1508104862246-0001, Fonte: 104; ASSINATURA: 11/02/99; VIGÊNCIA: da data da assinatura até 31/12/99; PUBLICAÇÃO: No DODF a expensas da FUNDAÇÃO; SIGNATÁRIOS: P/FUNDAÇÃO: Gustavo Augusto Aurnheimer Ribeiro; P/ENTIDADE: Heronildes Silva da Mata.

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 67/96

PROCESSO: 101.002.093/96; PARTES: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e a SOCIEDADE PESTALOZZI DE BRASÍLIA; OBJETO: alterar a CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA constante na Cláusula Quinta do Convênio original, para 1508104862262-0001, Fonte: 104; ASSINATURA: 11/02/99; VIGÊNCIA: da data da assinatura até 31/12/99; PUBLICAÇÃO: No DODF a expensas da FUNDAÇÃO; SIGNATÁRIOS: P/FUNDAÇÃO: Gustavo Augusto Aurnheimer Ribeiro; P/ENTIDADE: Maria Gomercinda Neves Peixoto.

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 10/96

PROCESSO: 101.002.054/96; PARTES: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e a CONGREGAÇÃO DE SÃO JOÃO BATISTA - INSTITUTO EDUCACIONAL SÃO JUDAS TADEU; OBJETO: alterar a CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA constante na Cláusula Quinta do Convênio original, para 1508104862246-0001, Fonte: 104; ASSINATURA: 11/02/99; VIGÊNCIA: Da data da assinatura até 31/12/99; PUBLICAÇÃO: No DODF a expensas da FUNDAÇÃO; SIGNATÁRIOS: P/FUNDAÇÃO: Gustavo Augusto Aurnheimer Ribeiro; P/ENTIDADE: Maria José de Souza.

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 11/95

PROCESSO: 101.002.080/96; PARTES: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e o CENTRO SOCIAL FORMAR; OBJETO: alterar a CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA constante na Cláusula Quinta do Convênio original, para 1508104862262-0002, Fonte: 104; ASSINATURA: 11/02/99; VIGÊNCIA: da data da assinatura até 31/12/99; PUBLICAÇÃO: No DODF a expensas da FUNDAÇÃO; SIGNATÁRIOS: P/FUNDAÇÃO: Gustavo Augusto Aurnheimer Ribeiro; P/ENTIDADE: Ivo Almeida Costa.

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 12/96

PROCESSO: 101.002.066/96; PARTES: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e a CRECHE COMUNITÁRIA DA QE 38; OBJETO: alterar a CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA constante na Cláusula Quinta do Convênio original, para 1508104862246-0001, Fonte: 104; ASSINATURA: 11/02/99; VIGÊNCIA: Da data da assinatura até 31/12/99; PUBLICAÇÃO: No DODF a expensas da FUNDAÇÃO; SIGNATÁRIOS: P/FUNDAÇÃO: Gustavo Augusto Aurnheimer Ribeiro; P/ENTIDADE: José Paulino da Silva.

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 13/96

PROCESSO: 101.002.057/96; PARTES: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e a CASA DA CRIANÇA PÃO DE SANTO ANTONIO; OBJETO: alterar a CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA constante na Cláusula Quinta do Convênio original, para 1508104862246-0001, Fonte: 104; ASSINATURA: 11/02/99; VIGÊNCIA: Da data da sua assinatura até 31/12/99; PUBLICAÇÃO: No DODF a expensas da FUNDAÇÃO; SIGNATÁRIOS: P/FUNDAÇÃO: Gustavo Augusto Aurnheimer Ribeiro; P/ENTIDADE: Maria Helena de Deus

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 60/96

PROCESSO: 101.001.508/96; PARTES: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e o ABRIGO DOS EXCEPCIONAIS DE CEILÂNDIA-AEC; OBJETO: alterar a CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA constante na Cláusula Quinta do Convênio original, para 1508104862262-0002, Fonte: 104; ASSINATURA: 11/02/99; VIGÊNCIA: da data da assinatura até 31/12/99; PUBLICAÇÃO: No DODF a expensas da FUNDAÇÃO; SIGNATÁRIOS: P/FUNDAÇÃO: Gustavo Augusto Aurnheimer Ribeiro; P/ENTIDADE: Divino Teixeira Faria.

SECRETARIA DE OBRAS

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA

EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 5708. Ass.:12.02.99. PROCESSO: 092.006070/98. PARTES: CAESB X TIGRE S/A TUBOS E CONEXÕES. Convite CV nº 178/98-CAESB. OBJETO: fornecimento de tubos, anéis, curvas e outros, itens 03, 05, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18 e 19. FONTES DE RECURSO: Os recursos financeiros são provenientes do CT 294/98 - Terracap/CAESB, código 21.204.203.120-2. CLASSIFICAÇÃO: As despesas correrão à conta do Projeto/Subprojeto 13.076.0449.1192-0001 - Ampliação e Melhoramento dos Sistemas de Coleta de Esgotos no DF - Código 22.402.101.100-1. VALOR: R$ 52.695,97 (cinquenta e dois mil, seiscentos e noventa e cinco reais e noventa e sete centavos). PRAZO: O prazo para entrega dos materiais é de 30 (trinta) dias consecutivos, contado a partir da data da emissão da ordem de entrega, que será expedida após a publicação do extrato na Imprensa Oficial. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato, é de 60 (sessenta) dias consecutivos, contado a partir da publicação do extrato do ajuste, (Decisão 6.057/97 do TCDF). ASSINANTES: P/CAESB: Humberto Ludovico de Almeida Filho - Diretor Administrativo. P/Tigre S/A: Marcos Antonio do Valle Braga.

CONTRATO Nº 5709. Ass.:12.02.99. PROCESSO: 092.006070/98. PARTES: CAESB X POLIERG INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Convite CV nº 178/98-CAESB. OBJETO: fornecimento de anéis de borracha toroidal, item 02. FONTES DE RECURSO: Os recursos financeiros são provenientes do CT 294/98 - Terracap/CAESB, código 21.204.203.120-2. CLASSIFICAÇÃO: As despesas correrão à conta do Projeto/Subprojeto 13.076.0449.1192-0001 - Ampliação e Melhoramento dos Sistemas de Coleta de Esgotos no DF - Código 22.402.101.100-1. VALOR: R$ 297,36 (duzentos e noventa e sete reais e trinta e sete centavos). PRAZO: O prazo para entrega dos materiais é de 30 (trinta) dias consecutivos, contado a partir da data da emissão da ordem de entrega, que será expedida após a publicação do extrato na Imprensa Oficial. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato, é de 60 (sessenta) dias consecutivos, contado a partir da publicação do extrato do ajuste, (Decisão 6.057/97 do TCDF). ASSINANTES: P/CAESB: Humberto Ludovico de Almeida Filho - Diretor Administrativo. P/POLIERG LTDA: Maria da Glória Medeiros Lucafó.

CONTRATO Nº 5710. Ass.:12.02.99. PROCESSO: 092.006070/98. PARTES: CAESB X FORTILIT TUBOS E CONEXÕES S/A. Convite CV nº 178/98-CAESB. OBJETO: fornecimento de tubos em PVC rígido, anéis de borracha toroidal, luvas de correr em PVC rígido, itens 01, 06, 07 e 16. FONTES DE RECURSO: Os recursos financeiros são provenientes do CT 294/98 - Terracap/CAESB, código 21.204.203.120-2. CLASSIFICAÇÃO: As despesas correrão à conta do Projeto/Subprojeto 13.076.0449.1192-0001 - Ampliação e Melhoramento dos Sistemas de Coleta de Esgotos no DF - Código 22.402.101.100-1. VALOR: R$ 14.810,88 (quatorze mil, oitocentos e dez reais e oitenta e oito centavos). PRAZO: O prazo para entrega dos materiais é de 30 (trinta) dias consecutivos, contado a partir da data da emissão da ordem de entrega, que será expedida após a publicação do extrato na Imprensa Oficial. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato, é de 60 (sessenta) dias consecutivos, contado a partir da publicação do extrato do ajuste, (Decisão 6.057/97 do TCDF). ASSINANTES: P/CAESB: Humberto Ludovico de Almeida Filho - Diretor Administrativo. P/FORTILIT S/A: Zilmar de Rezende Pereira.

AVISO DE RETIFICAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO
CONCORRÊNCIA Nº 2/97

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público que no resultado do julgamento da Concorrência nº CP - 002/97-CAESB publicado no DODF nº 99 de 27/05 /97, página 3833, onde se lê: firma vencedora Construtora Artec Ltda, pelo valor global de R$5.681.112,16 (cinco milhões, seiscentos e oitenta e um mil, cento e doze reais e dezesseis centavos). Prazo de execução dos serviços será de 730 (setecentos e trinta) dias consecutivos.
leia-se:
firma vencedora Dan-Hebert S/A - Construtora e Incorporadora, vencedora com o valor global de R$ 5.570.125,31 (cinco milhões, quinhentos e setenta mil, cento e vinte e cinco reais e trinta e um centavos). Prazo de execução dos serviços será de 730 (setecentos e trinta) dias consecutivos.

Brasília, 12 de fevereiro de 1999
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

SECRETARIA DE TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 3/99

PROCESSO N.º 113.011.592/98 - PARTES: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL e POLIMAQ EQUIPAMENTOS AGRO-INDUSTRIAIS LTDA. - OBJETO: Fornecimento parcelado de peças GENUINAS e acessórios de reposição para máquinas rodoviárias DYNAPAC. - FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25, I, da Lei nº 8.666/93. - VIGÊNCIA: 31.12.99. - VALOR: R$ 100.000,00 (cem mil reais) - DATA DA ASSINATURA: 11.02.99 - ASSINANTES: Pelo DER/DF: Engº BRASIL AMÉRICO LOULY CAMPOS; Pela Contratada: CALIL SOARES BORGES.

EXTRATO DA QUARTA APOSTILA AO CONTRATO Nº 10/98
PROCESSO Nº 113.004.348/97 - PARTES: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL e FREITAS TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA. - OBJETO: Prorroga o prazo de execução dos serviços por 45 (quarenta e cinco) dias, encerrando-se em 26.03.99, estendendo a vigência contratual para 30.04.99. - DATA DA ASSINATURA: 08.02.99.

AVISO DE RECURSO
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/99

Tornamos público que a empresa MINAS TURBO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, apresentou recurso contra sua inabilitação publicada no Diário Oficial do Distrito Federal do dia 10.02.99, referente a Tomada de Preços supracitada.

Brasília, 12 de fevereiro de 1999.
CLAUBER SANTOS CAMPELLO
Comissão Julgadora Permanente
Presidente

AVISO DE REVOGAÇÃO
CONVITE Nº 2/99

A Comissão Julgadora Permanente de Licitação do DER/DF comunica aos interessados que o Convite supracitado, tendo como objeto a prestação de serviços em extintores de incêndio, foi revogado.

Brasília, 12 de fevereiro de 1999.
CLAUBER SANTOS CAMPELLO
Presidente da Comissão

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 1/99

OBJETO: Aquisição de peças e acessórios originais, genuínos, novos e de 1ª linha para veículos das marcas VW, GM, Fiat, Mercedes Bens, Ford e Motocicletas da marca Honda para a frota da Polícia Civil do Distrito Federal
DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: 23.03.99 às 09h30min.
A CPL informa que encontram-se à disposição dos interessados, GRATUITAMENTE, a concorrência relativa à licitação supramencionada, na sede da CPL/PCDF, situada no SGON Quadra 05, Lote 02/07 (antigo prédio da Dimat/SSP, ao lado do IDR/GDF). Fone: 322-6347 e 314-8226.

Brasília-DF, 12 de fevereiro de 1999.
AMILCAR UBIRATAN URACH VIEIRA
Presidente da CPL

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 3/99

Objeto: Aquisição de material radiológico (revelador, fixador, filme para raio-X e outros).
Data: 25.02.99 – **Horário:** 10:00 horas
Local: Setor de Áreas Isoladas Sul – SAIS, DAL/PMDF, Anexo do QCG, sala nº 14.
Informações e cópias do Convite, diariamente das 14 às 18 horas nos dias úteis, no endereço acima mencionado.

Brasília-DF, 10 de fevereiro de 1999
JARÇO BERNARDINO DA SILVA – MAJ QOPM
Presidente da CPL

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL Nº 27, DE 11 DE FEVEREIRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, com fundamento na Resolução nº 099-CDE/DF de 29 de outubro de 1993, alterada pela Resolução nº 041-CDE/DF de 27 de abril de 1994, e ainda o que consta do documento de fls. 73, torna público a **exclusão** da empresa **JAQUELINE FERREIRA SANTOS - ME,** do Edital nº 032/94 - SIC, de 27 de *dezembro* de 1994, publicado no DODF nº 256 (suplemento), de 29 de dezembro de 1994, o cancelamento da indicação do Lote 09, Conjunto *11*, da *QN 122, Samambaia/DF*, e o conseqüente arquivamento do Processo nº **160.002.618/94**.

LAZARO MARQUES NETO

EDITAL Nº 28, DE 11 DE FEVEREIRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, com fundamento na Resolução nº 099-CDE/DF de 29 de outubro de 1993, alterada pela Resolução nº 041-CDE/DF de 27 de abril de 1994, e ainda o que consta do documento de fls. 73, torna público a **exclusão** da empresa **ANTONIO GOMES DA SILVA MECÂNICA - ME,** do Edital nº 085, de 10 de *julho* de 1998, publicado no DODF nº 131, de 14 de julho de 1998, o cancelamento da indicação do Lote 23, Conjunto *"C"*, da *Quadra 05, do Setor de Oficinas Norte - SOF/NORTE - DF*, e o conseqüente arquivamento do Processo nº **160.001.581/94**.

LAZARO MARQUES NETO

EDITAL Nº 29, DE 11 DE FEVEREIRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, com fundamento na Resolução nº 099-CDE/DF de 29 de outubro de 1993, alterada pela Resolução nº 041-CDE/DF de 27 de abril de 1994, e ainda o que consta do documento de fls. 36, torna público a **exclusão** da empresa **FRANCISCO R. DOS SANTOS EMPACOTADORA,** do Edital nº 035/96 - SIC, de *26* de *setembro* de 1996, publicado no DODF nº 190, de 30 de setembro de 1996, o cancelamento da indicação do Lote *16*, Conjunto *02*, da *QI 416*, de *Samambaia/DF*, e o conseqüente arquivamento do Processo nº **160.000.297/96**.

LAZARO MARQUES NETO

EDITAL Nº 30, DE 11 DE FEVEREIRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, com fundamento na Resolução nº 099-CDE/DF de 29 de outubro de 1993, alterada pela Resolução nº 041-CDE/DF de 27 de abril de 1994, e ainda o que consta do documento de fls. 73, torna público a **exclusão** da empresa **AUTO ELÉTRICA ARAXÁ LTDA,** do Edital nº 001/97 - SIC, de 08 de *janeiro* de 1997, publicado no DODF nº 07, de 10 de janeiro de 1997, o cancelamento da indicação do Lote 30, Conjunto *"F"*, da *Quadra 04, do Setor de Oficinas Norte - SOF/NORTE - DF*, e o conseqüente arquivamento do Processo nº **160.001.523/94**.

LAZARO MARQUES NETO

EDITAL Nº 31 , DE 11 DE FEVEREIRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, com fundamento na Resolução nº 099-CDE/DF de 29 de outubro de 1993, alterada pela Resolução nº 041-CDE/DF de 27 de abril de 1994, e ainda o que consta do documento de fls. 36, torna público a **exclusão** da empresa **SUINÃ AGROINDUSTRIAL LTDA,** do Edital nº 14/96 - SIC, de *20* de *abril* de 1996, publicado no DODF nº 80, de 25 de abril de 1996, e o conseqüente arquivamento do Processo nº **160.000.166/96**.

LAZARO MARQUES NETO

EDITAL Nº 32, DE 11 DE FEVEREIRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, com fundamento na Resolução nº 099-CDE/DF de 29 de outubro de 1993, alterada pela Resolução nº 041-CDE/DF de 27 de abril de 1994, e ainda o que consta do documento de fls. 45, torna público a **exclusão** da empresa **MOUSINHO RIBEIRO DE ARAÚJO - ME,** do Edital nº 085, de 10 de *julho* de 1998, publicado no DODF nº 131, de 14 de julho de 1998, o cancelamento da indicação do Lote *08*, Conjunto *"H"*, da *Quadra 04, do Setor de Oficinas Norte - SOF/NORTE - DF*, e o conseqüente arquivamento do Processo nº **160.001.778/94**.

LAZARO MARQUES NETO

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

FUNDAÇÃO POLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA

AVISO Nº 1, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1999

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PÓLO ECOLOGICO DE BRASÍLIA, de acordo com o que determina o item VI, da Instrução de Serviço de 10 de novembro de 1998, e tendo em vista o Decreto nº 19.929, de 18 de fevereiro de 1998, "AVISA" que se encontram apreendidos no Depósito do Serviço de Apreensão de Animais, situada na cidade de Candangolândia/DF, em frente à Companhia de Polícia Militar Florestal, 15 (quinze) animais de espécie eqüina, com diferentes marcas, que poderão ser retirados por seus legítimos proprietários dentro de 72 (setenta e duas) horas, a contar da publicação deste, mediante prova de identidade que poderá ser testemunhal. Expirado o prazo os animais serão considerados abandonados e proposto a Fundação Pólo Ecológico de Brasília, sua utilização ou alienação conforme os itens VII e VIII da referida Instrução de Serviço.

RAUL GONZALEZ ACOSTA

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 1/98

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, torna Público para conhecimento de quem de direito, que o resultado da licitação em referência, encontra-se afixado no quadro de avisos da Comissão Permanente de Licitação do SLU/DF, localizado no 2° andar do Edifício Lex, SEP/Sul, Entrequadras 702/902, Bloco "A", Brasília - DF.

ABERTURA: 03/02/99 às 9:30 horas
OBJETO: Fornecimento de 210 (duzentos e dez) kits de primeiros socorros.

Brasília, 5 de fevereiro de 1999
A COMISSÃO

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 31/98

Contratante: Tribunal de Contas do Distrito Federal - Contratada: Engecol - Projetos e Edificações Ltda. - Objeto: acréscimo contratual - Processo: 2833/98 - Licitação: Tomada de Preços n.º 08/98 - Vigência: 11.02.99 até o término da vigência do contrato - Data da assinatura: 11.02.99 - Assinam: Pela Contratante, Hélio Bebiano, pela Contratada, Célio Garcia Barbosa.

INEDITORIAIS

AMERICEL S.A.

COMPANHIA ABERTA
CGC/MF 01.685.903/0001-16
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Membros do Conselho da **AMERICEL S.A.** convocados para comparecerem na sede da Companhia, no SCN Quadra 2 Bloco A - 190, Ed. Corporate Financial Center - 10º andar - Brasília-DF, para reunirem-se em Assembléia Geral Extraordinária, no dia 23 de Fevereiro de 1.999 às 11:00 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **Assembléia Geral Extraordinária:** 1) Substituição de membro do Conselho de Administração; 2) Outros assuntos de interesse da Companhia. Os mandatos de representação na Assembléia deverão ser depositados na sede social até 24 horas antes da realização das Assembléias.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 1999
João Bosco Madeiro da Costa
Presidente do Conselho de Administração

DAR 912/99 (12,17 e 18/02/99)

AEB – ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA DE BRASÍLIA

ALTERAÇÃO DE SEDES: AEB E DE SUA MANTIDA – FAGS

A Direção da Associação Educativa de Brasília, bem como a Direção da Faculdade Garcia Silveira – FAGS comunicam a sede de ambas as Instituições, no seguinte endereço: a Quadra 13 - Área Reservada nº 03, em Sobradinho/DF. CEP:73.040-130. Fones: (061)591-0303 e 387-6868. Site http://www.taguanet.com.br/~fags. Sobradinho/DF, 11 de fevereiro de 1999.

DAR 959/99

AUTOTRAC COMÉRCIO E TELECOMUNICAÇÕES S/A

CGC/MF Nº 40.281.347/0001-74
AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos senhores acionistas da AUTOTRAC COMÉRCIO E TELECOMUNICAÇÕES S/A, que se acham a disposição os documentos a que se refere o art. 133 da Lei Nº 6.404/76, referentes ao exercício findo em 31.12.1998, adiante relacionados: 1. relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício; 2. cópia das demonstrações financeiras; 3.parecer dos auditores independentes. Os acionistas interessados poderão obter cópia dos documentos acima relacionados na sede da companhia, situada no Campus Universitário da Universidade de Brasília, Setor Sul (parte), Edifício AUTOTRAC, Brasília/DF, no horário das 8 às 12 e 14 às 18 horas, nos dias úteis de 2ª a 6ª feira.

Brasília, 12 de fevereiro de 1999
A ADMINISTRAÇÃO

DAR:0095 99
PUBLICAR DIAS 17.18.19.02.99

SINDICATO DOS CONDUTORES AUTÔNOMOS DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE BRASÍLIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O PRESIDENTE DO SINDICATO DOS CONDUTORES AUTÔNOMOS DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE BRASÍLIA, sito à SQS 302, PLL, Lote 01, Salas 01, 02 e 03, nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 36, letra "A", do Estatuto da Entidade, CONVOCA todos os motoristas de táxis, para participarem da Assembléia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 22/02/1999, às 9:00 horas em primeira convocação com mais de 2/3 (dois terços) dos motoristas, em segunda e última chamada às 10:00 horas com qualquer números de presentes, a realizar-se no Aeroporto Internacional de Brasília, Lote 01, Núcleo de Apoio ao Taxista, com a seguinte orde do dia: 1° Descontos e unificação de tarifas; 2° Assuntos Gerais. EDITAL REPUBLICADO, DEVIDO AO ERRO DE DATA DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA, CUJO EDITAL FOI PUBLICADO NO DIA 11/02/99

Brasília-DF, 12 de fevereiro de 1999.
VALMIR GOMES DE CASTRO
Presidente em Exercício

DAR 1005/99

SINDSER – SINDICATO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, FUNDACIONAL, DAS AUTARQUIAS, EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Diretoria do Sindicato dos Servidores e Empregados da Administração Direta, Fundacional, das Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Distrito Federal - **SINDSER** -, convoca todos os empregados da Sociedade de Abastecimento de Brasília - **SAB** -, para Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se no próximo dia 19 de fevereiro de 1999, sexta-feira, às 09 horas, em primeira convocação e às 10 horas em segunda e última convocação, com qualquer número presentes, na Sede da Associação dos Servidores da SAB - ASSAB, situada na Avenida W4 Sul, Quadra 912 Bloco G, em Brasília-DF, com a seguinte ordem do dia:

- 1) discussão e aprovação da pauta de reivindicação a ser apresentado à SAB, relativas à data-base de março/1999;
- 2) autorizar a Diretoria do Sindser firmar Acordo Coletivo de Trabalho, com aquela Empresa, ou instaurar processo de Dissídio Coletivo de Trabalho contra a mesma.
- 3) assuntos da associação.

Brasília-DF, 08 de fevereiro de 1999.
FRANCISCO ALVES DE SOUSA
Presidente do Sindser

DAR 1000/99

ÍNDICE

ATOS DO PODER EXECUTIVO

.DECRETO EXECUTIVO 20037, 12-02-99 1

SECRETARIA DE GOVERNO

.DESPACHO, SECRETARIO, 05-02-99 1
.DESPACHO, SUCAR, 04-02-99 1
.DESPACHO-R, SUCAR, 08-02-99 2
.DESPACHO-R, SUCAR, 09-02-99 3
.DESPACHO-R, SUCAR, 10-02-99 5
.DESPACHO, SUCAR/RA-XVIII-LAGO NORTE, 10-02-99 5
.ORDEM DE SERVICO, SUCAR/RA-VI-PLANALTINA, 10-02-99 5

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO

.ORDEM DE SERVICO 5, IDR, 11-02-99 5

SECRETARIA DE FAZENDA

.ATA, TARF/1C, 03-02-99 6
.ATA, TARF/1C, 04-02-99 6
.ATA, TARF/2C, 02-02-99 6
.PAUTA DE JULGAMENTO-R, TARF/1C, 12-02-99 5
.PAUTA DE JULGAMENTO-R, TARF/2C, 12-02-99 6

SECRETARIA DE EDUCACAO

.ATO, SECRETARIA, 12-02-99 6
.DESPACHO, SECRETARIA, 10-02-99 7
.DESPACHO-R, SECRETARIA, 12-02-99 7
.INSTRUCAO 700, FEDF/DEX, 11-02-99 7

SECRETARIA DA CRIANCA E ASSISTENCIA SOCIAL

.DESPACHO, FSSDF, 12-02-99 7

SECRETARIA DE TRANSPORTES

.DECISAO, METRO/DC, 10-02-99 8

SECRETARIA DE AGRICULTURA

.DESPACHO, SECRETARIO, 12-02-99 8

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

.DESPACHO-R, FCDF, 10-02-99 8
.DESPACHO-R, FCDF/DEX, 09-02-99 8

SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

.DESPACHO-R, SECRETARIO, 22-01-99 9

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

.PORTARIA 12, SECRETARIO, 12-02-99 9

* - ATOS REPUBLICADOS OU RETIFICADOS
R - ATOS AGRUPADOS POR RELACAO